

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	10
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	21
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.714
Preferenciais	442.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	19.928.706	19.827.147
1.01	Ativo Circulante	2.091.119	2.774.115
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	164.606	681.498
1.01.01.01	Caixa e Bancos	521	629
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	164.085	680.869
1.01.02	Aplicações Financeiras	150.728	381.785
1.01.03	Contas a Receber	216.060	208.164
1.01.03.01	Clientes	216.060	208.164
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	216.060	208.164
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.506	130.092
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.506	130.092
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.459.219	1.372.576
1.01.08.03	Outros	1.459.219	1.372.576
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	1.145	0
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	164.791	135.820
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	85.768	80.789
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	1.207.515	1.155.967
1.02	Ativo Não Circulante	17.837.587	17.053.032
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.460.837	7.361.015
1.02.01.04	Contas a Receber	19.670	19.670
1.02.01.04.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	19.670	19.670
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.441.167	7.341.345
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	38.011	35.838
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	3.039	5.929
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	51.719	52.025
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	0	2.617
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	7.348.398	7.244.936
1.02.02	Investimentos	9.998.802	9.294.555
1.02.02.01	Participações Societárias	9.998.802	9.294.555
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.799.645	1.719.323
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.723.091	6.178.571
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.476.066	1.396.661
1.02.03	Imobilizado	212.265	222.428
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	211.948	222.315
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	317	113
1.02.04	Intangível	165.683	175.034
1.02.04.01	Intangíveis	165.683	175.034

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	19.928.706	19.827.147
2.01	Passivo Circulante	660.511	2.038.891
2.01.02	Fornecedores	104.699	160.998
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	104.699	160.998
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	104.699	160.998
2.01.03	Obrigações Fiscais	41.776	35.281
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.368	20.640
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11.528	12.328
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.880	2.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	153.269	1.287.626
2.01.04.02	Debêntures	152.913	1.287.195
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	356	431
2.01.05	Outras Obrigações	360.767	554.986
2.01.05.02	Outros	360.767	554.986
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	161.112	355.317
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	50.988	45.486
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	148.667	154.183
2.02	Passivo Não Circulante	11.197.280	10.179.274
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.653.392	8.543.141
2.02.01.02	Debêntures	9.652.953	8.542.958
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	439	183
2.02.02	Outras Obrigações	227.105	362.843
2.02.02.02	Outros	227.105	362.843
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	169.554	183.561
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	57.551	179.282
2.02.03	Tributos Diferidos	1.250.665	1.208.600
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.250.665	1.208.600
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	802.042	770.614
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	448.623	437.986
2.02.04	Provisões	66.118	64.690
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.118	64.690
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15.169	18.500
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.836	6.130
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	42.113	40.060
2.03	Patrimônio Líquido	8.070.915	7.608.982
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	3.067.535	3.067.535
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-25.500	-25.500
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	3.701.928	3.962.154
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	2.920.944	2.920.944
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	347.927	347.927
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	260.226
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	728.216	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	6.057

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	647.095	1.189.624	547.026	1.219.666
3.01.01	Receita de Infra, Correção Monet, Operação e Manutenção, e Outras, Líquidas	453.625	802.045	346.199	820.417
3.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato da Concessão	193.470	387.579	200.827	399.249
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.898	-168.652	-131.116	-256.570
3.02.01	Pessoal	-16.035	-37.509	-19.605	-38.067
3.02.02	Material	-14.928	-102.342	-96.772	-195.915
3.02.03	Serviços de Terceiros	-10.353	-15.508	-11.608	-16.747
3.02.04	Depreciação e Amortização	-2.758	-13.420	-907	-1.652
3.02.05	Outros custos operacionais	176	127	-2.224	-4.189
3.03	Resultado Bruto	603.197	1.020.972	415.910	963.096
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	314.904	547.686	303.326	462.541
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-61.251	-119.960	-60.793	-112.641
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-34.768	-67.616	-34.823	-67.252
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-12.299	-22.325	-8.246	-18.048
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-12.381	-24.686	-8.610	-15.734
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-1.803	-5.333	-9.114	-11.607
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	376.155	667.646	364.119	575.182
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	376.155	667.646	364.119	575.182
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	918.101	1.568.658	719.236	1.425.637
3.06	Resultado Financeiro	-328.689	-611.063	-225.603	-532.718
3.06.01	Receitas Financeiras	29.576	56.711	17.352	33.130
3.06.02	Despesas Financeiras	-358.265	-667.774	-242.955	-565.848
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	589.412	957.595	493.633	892.919
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.268	-36.805	6.142	-27.983
3.08.01	Corrente	4.786	-2.257	-1.488	-6.580
3.08.02	Diferido	-27.054	-34.548	7.630	-21.403
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	567.144	920.790	499.775	864.936

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	567.144	920.790	499.775	864.936
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,54876	0,89095	0,48358	0,8369
3.99.01.02	PN	0,54876	0,89095	0,48358	0,8369
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,54876	0,89095	0,48358	0,8369
3.99.02.02	PN	0,54876	0,89095	0,48358	0,8369

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	567.144	920.790	499.775	864.936
4.02	Outros Resultados Abrangentes	79.789	-6.057	4.456	-3.796
4.02.01	Ajuste ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros derivativos	79.789	-6.057	4.456	-3.796
4.03	Resultado Abrangente do Período	646.933	914.733	504.231	861.140

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.173.373	1.111.436
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	340.644	261.532
6.01.01.01	Resultado Líquido do período	920.790	864.936
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-667.646	-575.182
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	38.106	17.386
6.01.01.04	Provisão para contingências	3.140	2.067
6.01.01.05	Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	0	-41.701
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre debêntures	648.066	556.644
6.01.01.07	Perda com instrumentos financeiros derivativos	34.150	52.113
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	2.257	6.580
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.548	21.403
6.01.01.10	Tributos diferidos	10.636	14.258
6.01.01.11	Custo de implementação de infraestrutura	89.414	158.762
6.01.01.12	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-387.579	-399.249
6.01.01.13	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-240.533	-165.981
6.01.01.14	Receita de implementação de infraestrutura	-128.668	-243.216
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	-17.227	344
6.01.01.16	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	-1.964	-5.788
6.01.01.17	Despesa de atualização monetária de contingências	178	2.554
6.01.01.18	Perdas de crédito esperadas	0	7.249
6.01.01.19	Provisão (reversão) para parcela variável	6.205	-11.712
6.01.01.20	Outros	-3.229	65
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	832.729	849.904
6.01.02.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão	598.011	557.719
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	42.402	64.285
6.01.02.04	Outros créditos	182	-22.889
6.01.02.05	Fornecedores	-145.712	-170.833
6.01.02.06	Taxas Regulamentares	5.502	3.000
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-28.506	-42.785
6.01.02.08	Dividendos recebidos das controladas	177.753	121.986
6.01.02.09	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e coligadas	191.675	340.373
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.578	-952
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-207.103	-951.635
6.02.01	Redução (Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	246.111	-305.813
6.02.04	Adições líquidas no Imobilizado e Intangível	-18.214	-11.822
6.02.07	Aumento de capital nas controladas	-435.000	-634.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.483.162	-434.812
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	0	-11.884
6.03.03	Emissão debêntures, líquido de custos de transação	797.776	621.198
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-1.100.924	-304.470
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-369.205	-319.597
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamento	-217	-297

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.07	Pagamento de dividendos e JCP	-647.005	-427.986
6.03.08	Recebimento (Pagamento) de instrumentos financeiros derivativos	-163.587	8.224
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-516.892	-275.011
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	681.498	607.653
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	164.606	332.642

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	4.044.583	0	-76.372	7.608.982
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.429	0	82.429	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.962.154	0	6.057	7.608.982
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-260.226	-192.574	0	-452.800
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-192.574	0	-192.574
5.04.08	Dividendos adicionais aprovados	0	0	-260.226	0	0	-260.226
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	920.790	-6.057	914.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	920.790	0	920.790
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.057	-6.057
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-6.057	-6.057
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.701.928	728.216	0	8.070.915

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-58.256	0	58.256	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.270.309	0	28.424	6.939.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-188.276	0	-188.276
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-188.276	0	-188.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	864.936	-3.796	861.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	864.936	0	864.936
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.796	-3.796
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-3.796	-3.796
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.270.309	676.660	24.628	7.612.368

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	1.310.556	1.335.063
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.310.556	1.342.312
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-7.249
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-143.654	-236.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-140.175	-230.710
7.02.04	Outros	-3.479	-5.954
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.166.902	1.098.399
7.04	Retenções	-38.106	-17.386
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.106	-17.386
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.128.796	1.081.013
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	724.357	608.312
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	667.646	575.182
7.06.02	Receitas Financeiras	56.711	33.130
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.853.153	1.689.325
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.853.153	1.689.325
7.08.01	Pessoal	87.014	88.518
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.987	49.665
7.08.01.02	Benefícios	36.924	33.617
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.103	5.236
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	177.575	170.023
7.08.02.01	Federais	175.340	167.716
7.08.02.02	Estaduais	719	812
7.08.02.03	Municipais	1.516	1.495
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	667.774	565.848
7.08.03.01	Juros	648.066	499.422
7.08.03.03	Outras	19.708	66.426
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	34.150	67.634
7.08.03.03.02	Arrendamentos	21	62
7.08.03.03.03	Outros	-14.463	-1.270
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	920.790	864.936
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	192.574	188.276
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	728.216	676.660

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	22.700.882	22.506.506
1.01	Ativo Circulante	2.987.699	3.579.382
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	208.359	741.596
1.01.01.01	Caixa e bancos	2.436	2.256
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	205.923	739.340
1.01.02	Aplicações Financeiras	335.801	544.150
1.01.03	Contas a Receber	286.227	262.410
1.01.03.01	Clientes	286.227	262.410
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	286.227	262.410
1.01.06	Tributos a Recuperar	133.243	148.487
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	133.243	148.487
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.024.069	1.882.739
1.01.08.03	Outros	2.024.069	1.882.739
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	2.663	262
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	24.730	73.118
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	122.430	107.672
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	1.874.246	1.701.687
1.02	Ativo Não Circulante	19.713.183	18.927.124
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.058.671	15.412.856
1.02.01.04	Contas a Receber	22.428	22.428
1.02.01.04.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	22.428	22.428
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.036.243	15.390.428
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	42.174	39.785
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	15.267	19.471
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	143.145	142.666
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	2.959	3.691
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	15.832.698	15.184.815
1.02.02	Investimentos	3.275.711	3.115.984
1.02.02.01	Participações Societárias	3.275.711	3.115.984
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.799.645	1.719.323
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.476.066	1.396.661
1.02.03	Imobilizado	213.052	223.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	212.735	223.051
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	317	113
1.02.04	Intangível	165.749	175.120
1.02.04.01	Intangíveis	165.749	175.120

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	22.700.882	22.506.506
2.01	Passivo Circulante	858.768	2.285.134
2.01.02	Fornecedores	200.594	287.459
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	200.594	287.459
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	200.594	287.459
2.01.03	Obrigações Fiscais	95.380	85.783
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.830	30.444
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	50.005	49.324
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.545	6.015
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	185.470	1.340.773
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.932	4.819
2.01.04.02	Debêntures	180.182	1.335.523
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	356	431
2.01.05	Outras Obrigações	377.324	571.119
2.01.05.02	Outros	377.324	571.119
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	161.112	355.317
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	60.866	54.029
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	155.346	161.773
2.02	Passivo Não Circulante	13.771.199	12.612.390
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.772.425	9.633.669
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.947	38.526
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.947	38.526
2.02.01.02	Debêntures	10.735.039	9.594.960
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	439	183
2.02.02	Outras Obrigações	254.638	386.000
2.02.02.02	Outros	254.638	386.000
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	197.087	206.718
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	57.551	179.282
2.02.03	Tributos Diferidos	2.545.051	2.404.805
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.545.051	2.404.805
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.573.597	1.475.225
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	971.454	929.580
2.02.04	Provisões	199.085	187.916
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	199.085	187.916
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.549	21.831
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.793	6.987
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	170.743	159.098
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.070.915	7.608.982
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Subscrito e Integralizado	3.067.535	3.067.535
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-25.500	-25.500
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	3.701.928	3.962.154
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	2.920.944	2.920.944

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	347.927	347.927
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	260.226
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	728.216	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	6.057

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.067.649	2.105.003	1.261.828	2.244.721
3.01.01	Receita de Infra, Correção Monet, Operação e Manutenção, e Outras, Líquidas	759.947	1.502.901	965.497	1.656.551
3.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato da Concessão	307.702	602.102	296.331	588.170
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-188.682	-551.337	-545.296	-869.526
3.02.01	Pessoal	-21.638	-48.190	-23.994	-46.967
3.02.02	Material	-147.983	-466.128	-501.235	-792.110
3.02.03	Serviços de Terceiros	-16.390	-22.955	-16.320	-23.173
3.02.04	Depreciação e Amortização	-2.753	-13.420	-907	-1.664
3.02.05	Outros custos operacionais	82	-644	-2.840	-5.612
3.03	Resultado Bruto	878.967	1.553.666	716.532	1.375.195
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	118.217	159.992	56.146	164.860
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-74.568	-143.019	-62.715	-124.118
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-45.027	-85.785	-39.822	-79.027
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-15.221	-26.378	-9.527	-20.605
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-12.543	-24.879	-8.634	-15.765
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-1.777	-5.977	-4.732	-8.721
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	192.785	303.011	118.861	288.978
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	192.785	303.011	118.861	288.978
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	997.184	1.713.658	772.678	1.540.055
3.06	Resultado Financeiro	-366.539	-674.863	-242.670	-586.961
3.06.01	Receitas Financeiras	36.855	71.095	31.096	52.866
3.06.02	Despesas Financeiras	-403.394	-745.958	-273.766	-639.827
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	630.645	1.038.795	530.008	953.094
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-63.501	-118.005	-30.233	-88.158
3.08.01	Corrente	-2.032	-16.512	-6.209	-13.374
3.08.02	Diferido	-61.469	-101.493	-24.024	-74.784
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	567.144	920.790	499.775	864.936

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	567.144	920.790	499.775	864.936
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	567.144	920.790	499.775	864.936
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,54876	0,89095	0,48358	0,8369
3.99.01.02	PN	0,54876	0,89095	0,48358	0,8369
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,54876	0,89095	0,48358	0,8369
3.99.02.02	PN	0,54876	0,89095	0,48358	0,8369

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	567.144	920.790	499.775	864.936
4.02	Outros Resultados Abrangentes	79.789	-6.057	4.456	-3.796
4.02.01	Ajuste ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros derivativos	79.789	-6.057	4.456	-3.796
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	646.933	914.733	504.231	861.140

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	799.033	628.100
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	306.249	254.563
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	920.790	864.936
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-303.011	-288.978
6.01.01.03	Depreciação e amortização	38.299	17.429
6.01.01.04	Provisão para contingências	5.341	3.962
6.01.01.05	Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	2.210	-39.334
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre debêntures	715.541	618.768
6.01.01.07	Perda com instrumentos financeiros derivativos	31.009	55.706
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	16.512	13.374
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	101.493	74.784
6.01.01.10	Tributos diferidos	40.993	47.822
6.01.01.11	Custo de implementação de infraestrutura	443.168	749.413
6.01.01.12	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-602.102	-588.170
6.01.01.13	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-429.752	-324.522
6.01.01.14	Receita de implementação de infraestrutura	-656.412	-942.783
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	-25.499	-4.673
6.01.01.16	Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	-4.530	-6.989
6.01.01.17	Despesa de atualização monetária de contingências	9.069	7.110
6.01.01.18	Perdas de crédito esperadas	0	8.766
6.01.01.19	Provisão para parcela variável	6.359	-12.125
6.01.01.20	Outros	-3.229	67
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	492.784	373.537
6.01.02.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão	847.988	782.023
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais ativos, líquido do passivo	26.825	63.180
6.01.02.04	Outros créditos	-6.395	-54.846
6.01.02.05	Fornecedores	-527.591	-723.201
6.01.02.06	Taxas regulamentares	6.837	4.230
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-28.060	-28.526
6.01.02.09	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e coligadas	191.675	340.373
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-18.495	-9.696
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	213.018	-471.425
6.02.01	Redução (aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	231.459	-459.040
6.02.04	Adições no Imobilizado e Intangível	-18.441	-12.385
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.545.288	-474.816
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-2.213	-1.816
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-1.463	-14.040
6.03.03	Emissão debêntures, líquido de custos de transação	797.793	621.198
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-1.132.883	-314.200
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-395.713	-345.958
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamento	-217	-297

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.07	Pagamento de dividendos e JCP	-647.005	-427.987
6.03.08	Recebimento (Pagamento) de instrumentos financeiros derivativos	-163.587	8.284
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-533.237	-318.141
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	741.596	750.976
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	208.359	432.835

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	4.044.583	0	-76.372	7.608.982	0	7.608.982
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.429	0	82.429	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.962.154	0	6.057	7.608.982	0	7.608.982
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-260.226	-192.574	0	-452.800	0	-452.800
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-192.574	0	-192.574	0	-192.574
5.04.08	Dividendos adicionais aprovados	0	0	-260.226	0	0	-260.226	0	-260.226
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	920.790	-6.057	914.733	0	914.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	920.790	0	920.790	0	920.790
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.057	-6.057	0	-6.057
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-6.057	-6.057	0	-6.057
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.701.928	728.216	0	8.070.915	0	8.070.915

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	3.328.565	0	-29.832	6.939.504	0	6.939.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-58.256	0	58.256	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	3.270.309	0	28.424	6.939.504	0	6.939.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-188.276	0	-188.276	0	-188.276
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-188.276	0	-188.276	0	-188.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	864.936	-3.796	861.140	0	861.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	864.936	0	864.936	0	864.936
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.796	-3.796	0	-3.796
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-3.796	-3.796	0	-3.796
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	3.270.309	676.660	24.628	7.612.368	0	7.612.368

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	2.283.338	2.413.611
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.283.338	2.422.377
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-8.766
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-519.909	-838.145
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-515.461	-835.888
7.02.04	Outros	-4.448	-2.257
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.763.429	1.575.466
7.04	Retenções	-38.299	-17.429
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.299	-17.429
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.725.130	1.558.037
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	374.106	341.844
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	303.011	288.978
7.06.02	Receitas Financeiras	71.095	52.866
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.099.236	1.899.881
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.099.236	1.899.881
7.08.01	Pessoal	114.371	107.559
7.08.01.01	Remuneração Direta	66.978	64.963
7.08.01.02	Benefícios	40.643	36.933
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.750	5.663
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	318.117	287.559
7.08.02.01	Federais	315.525	284.575
7.08.02.02	Estaduais	887	1.306
7.08.02.03	Municipais	1.705	1.678
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	745.958	639.827
7.08.03.01	Juros	717.751	563.913
7.08.03.03	Outras	28.207	75.914
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros Derivativos	31.010	71.227
7.08.03.03.02	Arrendamentos	21	64
7.08.03.03.03	Outros	-2.824	4.623
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	920.790	864.936
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	192.574	188.276
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	728.216	676.660



Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 30 DE JUNHO DE 2026 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até 30 de junho de 2026 e eventos subsequentes

09/01/2026 – O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) emitiu o Termo de Liberação referente ao reforço autorizado através da REA nº14.524/2023, na concessão São Pedro Transmissora de Energia S.A. em duas etapas. Aproximadamente R\$5.900 de Receita Anual Permitida ("RAP") adicional, equivalente a 91% da RAP autorizada para este reforço, com efeitos retroativos a partir de 20 de novembro de 2025; e aproximadamente R\$500 de RAP adicional, equivalente a 9% da RAP autorizada para este reforço, com efeitos retroativos a partir de 23 de dezembro de 2025.

15/01/2026 – A Companhia pagou aos debenturistas da 11ª emissão de debêntures, 2ª série, o montante de R\$251.827, sendo R\$216.667 de amortização e R\$35.160 de juros.

15/01/2026 – A controlada Janaúba pagou aos debenturistas da 2ª emissão de debêntures o montante de R\$16.723, sendo R\$11.362 de amortização e R\$5.361 de juros.

11/03/2026 – O ONS emitiu o Termo de Liberação referente à energização do reforço autorizado através da REA nº 15.196/2024 na SE Itacaiúnas relativo à instalação do 2º Banco de Reatores na concessão ATE III Transmissora de Energia S.A. Com esta energização, a ATE III passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$6.700 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 4 de março de 2026.

15/03/2026 – A Companhia concluiu uma captação de recursos através da 21ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$800.000, da espécie quirografária, em duas séries, sendo R\$400.000 da 1ª série e R\$400.000 da 2ª série.

16/03/2026 – A Companhia pagou aos debenturistas da 7ª emissão de debêntures, o montante de R\$40.174, sendo R\$20.277 de amortização e R\$19.897 de juros.

16/03/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 14ª emissão de debêntures, 1ª, 2ª e 3ª séries, no montante de R\$26.599, sendo R\$10.526 da 1ª série, R\$2.858 da 2ª série e R\$13.215 da 3ª série.

16/03/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 16ª emissão de debêntures no montante de R\$29.697.

16/03/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 15ª emissão de debêntures, 1ª e 2ª séries, no montante de R\$83.750, sendo R\$74.666 da 1ª série e R\$9.084 da 2ª série.

17/03/2026 – O ONS emitiu o Termos de Liberação referentes à energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1 de 500 kV na concessão Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. (TNG). Com esta energização, Tangará passa a receber uma RAP de aproximadamente R\$36.893 (referente ao ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 33,73% da RAP total do projeto, com efeitos retroativos entre 25 de fevereiro e 6 de março de 2026.

15/04/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 12ª emissão de debêntures, 1ª, 2ª e 3ª séries, no montante de R\$40.951, sendo R\$20.308 da 1ª série, R\$9.927 da 2ª série e R\$10.716 da 3ª série.

23/04/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 19ª emissão de debêntures, no montante de R\$23.054.



Comentário do Desempenho

27/04/2026: O ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da Conversora Garabi 1 no âmbito do projeto de retrofit. Com esta energização, a Saíra passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R\$24.106 (referente ao ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 13,2% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 15 de abril de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 23 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março 2028.

10/04/2026 à 15/04/2026: O ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da SE Açailândia. Com esta energização, Tangará passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R\$23.623 (referente ao ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 21,6% da RAP total do projeto, com efeitos retroativos entre 10 e 13 de abril de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 23 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março 2028.

12/05/2026: O ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da SE Dom Eliseu II, LT Açailândia - Dom Eliseu II e complemento da SE Açailândia na concessão Tangará. Com esta energização, Tangará passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R\$23.826 (referente ao ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 21,8% da RAP total do projeto, com efeitos retroativos entre 03 e 06 de maio de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 22 e 24 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março 2028.

15/05/2026 - A Companhia pagou aos debenturistas da 6ª emissão de debêntures, 1ª e 2ª séries, no montante de R\$921.690, sendo R\$850.000 de amortização e de juros R\$63.069 da 1ª série e R\$766 de amortização e de juros R\$7.855 da 2ª série.

15/05/2026 - A Companhia pagou juros aos debenturistas da 10ª emissão de debêntures da 1ª e 2ª séries, no montante de R\$30.144, sendo R\$27.134 da 1ª série, R\$3.010 da 2ª série.

21/05/2026 - A Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Energisa Transmissão de Energia S.A. e a Energisa S.A., para aquisição de 100% do capital social das sociedades: Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A., Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A., Energisa Pará Transmissora de Energia II S.A., Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A. e Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A., A transação contempla cinco concessões de transmissão 100% em operação comercial localizadas nos estados de Goiás, Bahia, Pará e Tocantins. Os ativos adicionam RAP de aproximadamente R\$291.305 no ciclo atual.

03/06/2026 - O ONS emitiu os Termos de Liberação relativos à energização da LT 525 kV Bateias - Curitiba C1 e C2 na concessão Ananaí, com esta energização a Ananaí passa a adicionar à sua RAP o montante de aproximado de R\$45.089 (referente ao ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 27,0% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 26 de maio de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 10 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março de 2027.

15/06/2026 - A controlada Janaúba pagou aos debenturistas da 2ª emissão de debêntures o montante de R\$41.744, sendo R\$20.597 de amortização e R\$21.147 de juros.

15/06/2026 - A Companhia pagou aos debenturistas da 8ª emissão de debêntures, o montante de R\$22.241, sendo R\$13.215 de amortização e R\$9.026 de juros.

03/07/2026 - A Companhia concluiu uma captação de recursos através da 22ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$1.700.000, da espécie quirografia, em série única.

14/07/2026 - A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa, nos termos do Artigo 256 da Lei das S.A., aprovou a operação para aquisição de 5 concessões de transmissão de energia. A conclusão da referida operação está sujeita à implementação ou renúncia, conforme o caso, de condições



Comentário do Desempenho

precedentes usuais para esse tipo de negócio, incluindo, entre outras, a aprovação de credores dos ativos.

15/07/2026 – A Companhia pagou juros aos debenturistas da 11ª emissão de debêntures, 2ª série, no montante de R\$16.427.

15/07/2026 – A controlada Janaúba pagou aos debenturistas da 1ª emissão de debêntures o montante de R\$16.781, sendo R\$11.756 de amortização e R\$5.026 de juros.

29/07/2026 – O ONS emitiu o Termo de Liberação referente à energização do reforço da ATE, passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$19.041 (referente ao ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 23 de julho de 2026.

31/07/2026 – O ONS emitiu os TL referente à energização da Subestação de Encruzo Novo e a LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III C1. Essa liberação, entregue com 20 meses de antecedência, garantiu uma RAP de aproximadamente R\$ 18.350 (ciclo 2026-2027) acrescida de PIS/COFINS, o que representa 16,2% da RAP total, com efeitos retroativos à 27 de julho de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 20 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL, de março de 2028.

31/07/2026 – O ONS emitiu os TL relativos à energização das LTs 500 kV Ponta Grossa / Assis C1 e C2 . Com esta energização, a Ananaí passa a adicionar à sua RAP o montante de aproximado de R\$ 123.571 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 71,3% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 8 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL, de março de 2027.

11/08/2026 – A Administração irá propor ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) referente ao resultado de 30 de junho de 2026, no montante de R\$206.781, o que equivale a R\$0,20007944484 por ação (ordinária/preferencial) ou R\$0,60023833452 por Unit, sendo R\$123.838 de JCP e R\$82.943 de dividendos intercalares, com data base de 14 de agosto de 2026, sendo a data de 17 de agosto de 2026 ex dividendos/JCP e a data de pagamento 26 de novembro de 2026.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 2º TRIMESTRE DE 2026

1. Resultado Líquido do Período

A Taesa alcançou um resultado líquido consolidado de R\$567.144 no 2T26, apresentado um aumento de 13,5% em relação ao resultado do 2T25.

1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)

A ROL é composta pela receita operacional bruta e pelas deduções sobre a receita bruta.

	2T26	2T25	Var.	Var. %
ROL	1.067.649	1.261.828	(194.179)	-15,4%

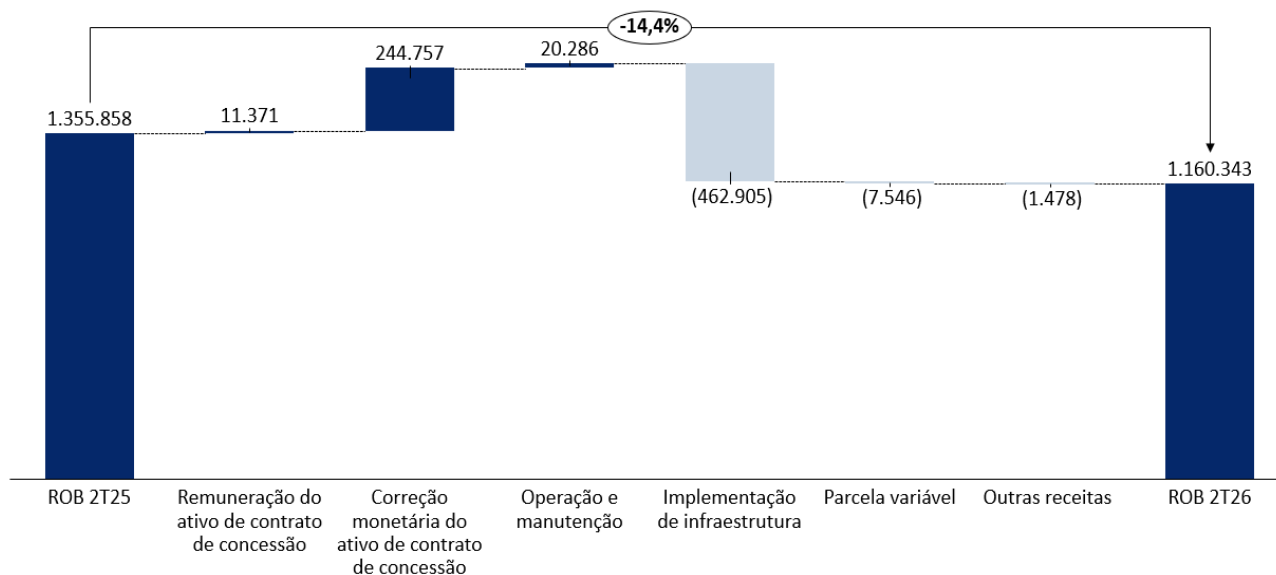
1.1.1 Receita Operacional Bruta (ROB)

A ROB é composta pela receita de remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, receita de operação e manutenção (O&M), receita de implementação de infraestrutura, parcela variável e outras receitas.

	2T26	2T25	Var.	Var. %
Remuneração do ativo de contrato de concessão	307.702	296.331	11.371	3,8%
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	337.749	92.992	244.757	263,2%
Operação e manutenção	288.686	268.400	20.286	7,6%

Comentário do Desempenho

	2T26	2T25	Var.	Var. %
Implementação de infraestrutura	211.879	674.784	(462.905)	-68,6%
Parcela variável	(7.767)	(221)	(7.546)	3.414,5%
Outras receitas	22.094	23.572	(1.478)	-6,3%
	1.160.343	1.355.858	(195.515)	-14,4%



Remuneração do ativo de contrato de Contrato: O aumento de 3,8% no 2T26 se deve, basicamente, às conclusões dos projetos Tangará e Pitiguari, e à correção monetária sobre os demais ativos de contrato indexados ao IPCA, compensados parcialmente pela queda natural do ativo de contrato em função das amortizações pelos recebimentos, e à correção monetária sobre os ativos de contrato indexados ao IGP-M.

Correção monetária do ativo de contrato de concessão: A variação de 263,2% refere-se, ao aumento dos índices macroeconômicos IGP-M (4,13% no 2T26 e -0,59% no 2T25) e IPCA (2,14% no 2T26 e 1,25% no 2T25), além dos impactos às entradas em operação da Pitiguari e parcial da Tangará.

Operação e manutenção: O aumento de 7,6% se deve, principalmente, ao reajuste de 5,32% (IPCA) do ciclo 2025-2026, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481/2025, para as concessões de categoria 3 e de 7,03% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2, além da entrada em operação parcial de Tangará e de Pitiguari.

Implementação de infraestrutura: A redução de 68,6% reflete principalmente a menor necessidade de investimentos nos projetos Tangará, Saíra parte revitalizadora e Ananaí, em linha com a evolução física das obras, e das entregas parciais já realizadas, além da entrada em operação total de Pitiguari em junho de 2025.

Parcela variável (PV): No 2T25, o resultado foi beneficiado por uma reversão de uma provisão na concessão ETEO. Já no 2T26, a variação decorreu principalmente de eventos operacionais específicos e de maior materialidade nas concessões Saíra, NTE, Mariana e Sant'Ana, com destaque para a conversora Garabi II em Saíra e a LT Xingó/Angelim II na NTE.

1.1.2 Deduções sobre a ROB

	2T26	2T25	Var.	Var. %
PIS e COFINS – Corrente	(44.735)	(39.233)	(5.502)	14,0%
PIS e COFINS – Diferido	(21.559)	(29.010)	7.451	-25,7%
ISS e ICMS	(109)	(103)	(6)	5,8%
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE	(26.291)	(25.684)	(607)	2,4%
	(92.694)	(94.030)	1.336	-1,4%



Comentário do Desempenho

As deduções sobre a ROB são compostas de impostos, tributos e encargos setoriais. As Deduções sobre a ROB tiveram uma redução de 1,4% na comparação com o 2T26 em relação ao 2T25, impulsionado principalmente pela redução do PIS e COFINS diferidos em linha com a Receita de Infraestrutura no 2T26, compensada parcialmente pelo aumento do PIS e COFINS corrente em linha com a Receita Correção Monetária no 2T26.

1.2 Custos e despesas operacionais

	2T26	2T25	Var.	Var. %
Pessoal	(66.665)	(63.816)	(2.849)	4,5%
Material	(147.983)	(501.235)	353.252	-70,5%
- Implementação de infraestrutura	(133.876)	(480.803)	346.927	-72,2%
- O&M	(12.173)	(18.125)	5.952	-32,8%
- Diversos	(1.934)	(2.307)	373	-16,2%
Serviços de terceiros	(31.611)	(25.847)	(5.764)	22,3%
Outros	(1.695)	(7.572)	5.877	-77,6%
Subtotal	(247.954)	(598.470)	350.516	-58,6%
Depreciação e amortização	(15.296)	(9.541)	(5.755)	60,3%
Custos e despesas	(263.250)	(608.011)	344.761	-56,7%

Pessoal: O aumento de 4,5% no 2T26 refere-se, principalmente pelo (i) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2025 em 5,32% (IPCA), (ii) entrada em operação de Pitiguari e das entradas parciais de Ananaí e Tangará. O impacto dos novos ativos foi absorvido pela reestruturação organizacional.

Material: A redução de 70,5% no 2T26 está relacionada, (i) Implementação de Infraestrutura: principalmente aos menores investimentos (CAPEX) nos projetos operacionais das concessões Tangará, Saíra (parte revitalizadora), Ananaí, Pitiguari e reforços da concessão TSN, (ii) Custo de O&M: por menores investimentos na concessão Novatrans, compensado parcialmente, por um maior investimento nas concessões Saíra, Janaúba e Sant'Ana.

Depreciação e amortização: O aumento de 60,3% no 2T26, decorre, principalmente, pela unitização de ativos na Taesa.

1.3 Resultado de equivalência patrimonial

	2T26	2T25	Var.	Var. %
ETAU	9.705	4.425	5.280	119,3%
AIMORÉS	12.816	13.764	(948)	-6,9%
PARAGUAÇU	20.143	21.259	(1.116)	-5,2%
IVAÍ	27.408	24.330	3.078	12,7%
GRUPO TBE	122.713	55.083	67.630	122,8%
Total	192.785	118.861	73.924	62,2%

Resultado de equivalência patrimonial:

O aumento de 62,2% decorre, principalmente, pelo (i) aumento da receita de correção monetária em função do reajuste positivo do IPCA e IGP-M entre os períodos, com impacto mais relevante na TBE, ETAU e Ivaí; e (ii) aumento da margem de construção nos reforços de EATE e ENTE (TBE). Estes efeitos foram compensados em parte (i) maiores despesas financeiras decorrente do maior IPCA, impactando a variação monetária em TBE e Ivaí; (ii) novas emissões de dívidas das empresas Aimorés e Paraguaçu ao longo de 2025; e (iii) aumento do IR/CS diferido.



Comentário do Desempenho

1.4 Resultado Financeiro

	2T26	2T25 (Reapresentado)	Var.	Var. %
Rendimentos de aplicações financeiras	34.536	24.100	10.436	43,3%
Outras receitas financeiras	2.319	6.996	(4.677)	-66,9%
Receitas financeiras	36.855	31.096	5.759	18,5%
Juros incorridos	(238.953)	(208.609)	(30.344)	14,5%
Variação monetária	(163.757)	(49.861)	(113.896)	228,4%
Variação cambial	(2.191)	573	(2.764)	-482,4%
Marcação a Mercado	(50.153)	(15.749)	(34.404)	218,5%
Ajuste ao valor justo	50.153	228	49.925	21896,9%
Subtotal despesas financeiras	(404.901)	(273.418)	(131.483)	48,1%
Outras despesas financeiras - líquidas de Receita	1.517	(318)	1.835	-577,0%
Despesa financeira - arrendamento	(10)	(30)	20	-66,7%
Despesa financeira	(403.394)	(273.766)	(129.628)	47,3%
Resultado financeiro	(366.539)	(242.670)	(123.869)	51,0%

Rendimentos de aplicações financeiras: O aumento de 43,3% no 2T26, refere-se, principalmente, pelo maior volume médio de caixa aplicado no período, além da melhora na rentabilidade ponderada das aplicações em CDI.

Juros incorridos: O aumento de 14,5% no 2T26, refere-se, principalmente pelo aumento da dívida média e da maior exposição a instrumentos indexados ao CDI, uma vez que o CDI permaneceu praticamente estável no período (3,27% versus 3,26%). Esses efeitos foram compensados parcialmente pela redução do spread médio das dívidas em CDI em função do swap das 17ª e 18ª emissões de debêntures da TAESA e do Exchange Offer realizado em outubro de 2025.

Variações monetárias: O aumento de 228,4% entre 2T26 e 2T25 é explicada pelo aumento do IPCA (1,99% no 2T26 versus 0,95% no 2T25) e do IGP-M (3,07% no 2T26 versus -1,92% no 2T25) registrados entre os trimestres, além do maior volume médio da dívida em IPCA, motivado pela 18ª e 20ª emissão de debêntures da Companhia em julho e dezembro de 2025, respectivamente.

Variações cambiais: A redução de 482,4% no 2T26 refere-se, basicamente pelo impacto positivo do financiamento do 4131 no 2T25, compensado em parte pela menor exposição ao câmbio (menor saldo em aberto) e menor variação cambial dos NDFs (Non-Deliverable Forward) de Saíra (SEK – coroa sueca) e Juruá (USD – dólar) relativos à compra de equipamentos em moeda estrangeira.

Marcação a Mercado: O valor positivo de R\$50,2 MM na linha de Marcação a Mercado do 2T26 é explicado pelo MTM da 18ª e 17ª emissões de debêntures da Companhia, reconhecidas a partir de julho e outubro de 2025, respectivamente. Do montante total, R\$11,8 MM referem-se à 1ª série da 18ª emissão, R\$13,2 MM à 2ª série da 18ª emissão, e R\$25,2 MM à 17ª emissão.

Ajuste a Valor Justo: O valor negativo de R\$50,2 MM na linha de Ajuste a Valor Justo do 2T26 é explicado pela marcação a mercado (MTM) da ponta ativa dos swaps da 18ª e 17ª emissões de debêntures da Companhia (IPCA) a partir de julho e outubro de 2025. O efeito líquido entre as linhas de MTM e Ajuste a Valor Justo é nulo como resultado do tratamento contábil do swap (designação do hedge account a valor justo).

Outras despesas financeiras, líquidas: A redução de 577,0% na comparação entre os trimestres explicada, principalmente, por maiores atualizações sobre créditos tributários pela taxa Selic, compensado pelo aumento da variação monetária líquida de ativos e passivos regulatórios.



Comentário do Desempenho

1.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

	2T26	2T25 (Reapresentado)	Var.	Var.%
IRPJ e CSLL correntes	(2.032)	(6.209)	4.177	-67,3%
IRPJ e CSLL diferidos	(61.469)	(24.024)	(37.445)	155,9%
	(63.501)	(30.233)	(33.268)	110,0%

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	2T26	2T25 (Reapresentado)
Resultado antes dos impostos	630.648	530.008
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(214.420)	(180.203)
Equivalência patrimonial	65.547	40.413
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	(10.752)	762
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	32.778	51.002
JCP pago	65.475	64.014
Outros	(2.129)	(6.221)
Despesa de IRPJ e CSLL	(63.501)	(30.233)
Alíquota efetiva	10%	6%

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro: O aumento de 110% no 2T26 refere-se, principalmente, pela (i) mudança de regime tributário da SPT de Lucro presumido para Lucro Real em 2026, (ii) perda de eficiência tributária na Tangará e (iii) reversão do incentivo fiscal, em relação ao 1T26, devido ao prejuízo fiscal apurado no 2T26, em função do pagamento de JCP.

1.2 Relacionamento com o Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente por cinco anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. O montante referente aos serviços de auditoria independente para o período de 2026 foi de R\$2.070.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM - B3

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

30 de junho de 2026

Notas Explicativas


Balanco patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2026	31/12/2025 (Reapresentado)	30/06/2026	31/12/2025 (Reapresentado)
Ativos					
<i>Ativos circulantes</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	208.359	741.596	164.606	681.498
Títulos e valores mobiliários	6	335.801	544.150	150.728	381.785
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	286.227	262.410	216.060	208.164
Ativo de contrato de concessão	8	1.874.246	1.701.687	1.207.515	1.155.967
Impostos e contribuições sociais correntes	9	133.243	148.487	100.506	130.092
Dividendos a receber	13	24.730	73.118	164.791	135.820
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.663	262	1.145	-
Outras contas a receber		122.430	107.672	85.768	80.789
Total dos ativos circulantes		2.987.699	3.579.382	2.091.119	2.774.115
<i>Ativos não circulantes</i>					
Títulos e valores mobiliários	6	42.174	39.785	38.011	35.838
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	22.428	22.428	19.670	19.670
Ativo de contrato de concessão	8	15.832.698	15.184.815	7.348.398	7.244.936
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.959	3.691	-	2.617
Outras contas a receber		15.267	19.471	3.039	5.929
Depósitos judiciais	16	143.145	142.666	51.719	52.025
Investimentos	12	3.275.711	3.115.984	9.998.802	9.294.555
Direito de uso		317	113	317	113
Imobilizado		212.735	223.051	211.948	222.315
Intangível		165.749	175.120	165.683	175.034
Total dos ativos não circulantes		19.713.183	18.927.124	17.837.587	17.053.032
Total dos ativos		22.700.882	22.506.506	19.928.706	19.827.147

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas
Balanco patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2026	31/12/2025 (Reapresentado)	30/06/2026	31/12/2025 (Reapresentado)
Passivos					
<i>Passivos circulantes</i>					
Fornecedores	14	200.594	287.459	104.699	160.998
Empréstimos e financiamentos	15.1	4.932	4.819	-	-
Debêntures	15.2	180.182	1.335.523	152.913	1.287.195
Passivo de arrendamento		356	431	356	431
Impostos e contribuições sociais correntes	9	95.380	85.783	41.776	35.281
Taxas regulamentares		60.866	54.029	50.988	45.486
Dividendos e JCP a pagar	13	161.112	355.317	161.112	355.317
Outras contas a pagar		155.346	161.773	148.667	154.183
Total dos passivos circulantes		858.768	2.285.134	660.511	2.038.891
<i>Passivos não circulantes</i>					
Empréstimos e financiamentos	15.1	36.947	38.526	-	-
Debêntures	15.2	10.735.039	9.594.960	9.652.953	8.542.958
Instrumentos financeiros derivativos	19	57.551	179.282	57.551	179.282
Passivo de arrendamento		439	183	439	183
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	1.573.597	1.475.225	802.042	770.614
Tributos indiretos diferidos	11	971.454	929.580	448.623	437.986
Provisões para riscos judiciais	16	199.085	187.916	66.118	64.690
Outras contas a pagar		197.087	206.718	169.554	183.561
Total dos passivos não circulantes		13.771.199	12.612.390	11.197.280	10.179.274
Total dos passivos		14.629.967	14.897.524	11.857.791	12.218.165
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social		3.067.535	3.067.535	3.067.535	3.067.535
Custo com emissão de ações		(25.500)	(25.500)	(25.500)	(25.500)
Reserva de capital		598.736	598.736	598.736	598.736
Dividendos adicionais propostos		-	260.226	-	260.226
Reserva de lucros		3.701.928	3.701.928	3.701.928	3.701.928
Outros resultados abrangentes		-	6.057	-	6.057
Lucros acumulados		728.216	-	728.216	-
Total do patrimônio líquido	17	8.070.915	7.608.982	8.070.915	7.608.982
Total dos passivos e do patrimônio líquido		22.700.882	22.506.506	19.928.706	19.827.147

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do resultado
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)**

Nota expli- cativa	Consolidado				Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	759.947	965.497	1.502.901	1.656.551	453.625	346.199	802.045	820.417
Remuneração do ativo contrato de concessão	307.702	296.331	602.102	588.170	193.470	200.827	387.579	399.249
Receita operacional líquida	1.067.649	1.261.828	2.105.003	2.244.721	647.095	547.026	1.189.624	1.219.666
<i>Custos operacionais</i>								
Pessoal	(21.638)	(23.994)	(48.190)	(46.967)	(16.035)	(19.605)	(37.509)	(38.067)
Material	(147.983)	(501.235)	(466.128)	(792.110)	(14.928)	(96.772)	(102.342)	(195.915)
Serviços de terceiros	(16.390)	(16.320)	(22.955)	(23.173)	(10.353)	(11.608)	(15.508)	(16.747)
Depreciação e amortização	(2.753)	(907)	(13.420)	(1.664)	(2.758)	(907)	(13.420)	(1.652)
Outros custos operacionais	82	(2.840)	(644)	(5.612)	176	(2.224)	127	(4.189)
	(188.682)	(545.296)	(551.337)	(869.526)	(43.898)	(131.116)	(168.652)	(256.570)
Lucro Bruto	878.967	716.532	1.553.666	1.375.195	603.197	415.910	1.020.972	963.096
<i>Despesas gerais e administrativas</i>								
Pessoal e administradores	(45.027)	(39.822)	(85.785)	(79.027)	(34.768)	(34.823)	(67.616)	(67.252)
Serviços de terceiros	(15.221)	(9.527)	(26.378)	(20.605)	(12.299)	(8.246)	(22.325)	(18.048)
Depreciação e amortização	(12.543)	(8.634)	(24.879)	(15.765)	(12.381)	(8.610)	(24.686)	(15.734)
Outras despesas operacionais	(1.777)	(4.732)	(5.977)	(8.721)	(1.803)	(9.114)	(5.333)	(11.607)
	(74.568)	(62.715)	(143.019)	(124.118)	(61.251)	(60.793)	(119.960)	(112.641)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições	804.399	653.817	1.410.647	1.251.077	541.946	355.117	901.012	850.455
Resultado de equivalência patrimonial	192.785	118.861	303.011	288.978	376.155	364.119	667.646	575.182
Receitas financeiras	36.855	31.096	71.095	52.866	29.576	17.352	56.711	33.130
Despesas financeiras	(403.394)	(273.766)	(745.958)	(639.827)	(358.265)	(242.955)	(667.774)	(565.848)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(366.539)	(242.670)	(674.863)	(586.961)	(328.689)	(225.603)	(611.063)	(532.718)
Resultado antes dos impostos e contribuições	630.645	530.008	1.038.795	953.094	589.412	493.633	957.595	892.919
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.032)	(6.209)	(16.512)	(13.374)	4.786	(1.488)	(2.257)	(6.580)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61.469)	(24.024)	(101.493)	(74.784)	(27.054)	7.630	(34.548)	(21.403)
Imposto de renda e contribuição social	(63.501)	(30.233)	(118.005)	(88.158)	(22.268)	6.142	(36.805)	(27.983)
Resultado líquido do período	567.144	499.775	920.790	864.936	567.144	499.775	920.790	864.936
Resultado por ação								
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,54876	0,48358	0,89095	0,83690	0,54876	0,48358	0,89095	0,83690
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	0,54876	0,48358	0,89095	0,83690	0,54876	0,48358	0,89095	0,83690

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



Demonstração do resultado abrangente
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota expli- cativa	Consolidado				Controladora			
		01/04/2026	01/04/2025 a	01/01/2026	01/01/2025 a	01/04/2026	01/04/2025 a	01/01/2026	01/01/2025 a
		a	30/06/2025	a	30/06/2025	a	30/06/2025	a	30/06/2025
		30/06/2026	(Reapresentado)	30/06/2026	(Reapresentado)	30/06/2026	(Reapresentado)	30/06/2026	(Reapresentado)
Resultado líquido do período		567.144	499.775	920.790	864.936	567.144	499.775	920.790	864.936
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	19	79.789	4.456	(6.057)	(3.796)	79.789	4.456	(6.057)	(3.796)
Resultado abrangente do período		646.933	504.231	914.733	861.140	646.933	504.231	914.733	861.140

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração da mutação do patrimônio líquido (controladora e consolidado)
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital, Transações de capital	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
		Capital social	Custos com emissões de ações		Legal	Incentivo fiscal	Reserva de lucros a realizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	336.580	2.500.672	-	-	28.424	6.939.504
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(188.276)	-	(188.276)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.796)	(3.796)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	864.936	-	864.936
Saldos em 30 de junho de 2025 (Reapresentado)		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	336.580	2.500.672	-	676.660	24.628	7.612.368
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (Reapresentado)		3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	347.927	2.920.944	260.226	-	6.057	7.608.982
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(260.226)	-	-	(260.226)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(192.574)	-	(192.574)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.057)	(6.057)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	920.790	-	920.790
Saldos em 30 de junho de 2026	17	3.067.535	(25.500)	598.736	433.057	347.927	2.920.944	-	728.216	-	8.070.915

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do fluxo de caixa
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2026	30/06/2025 (Reapresentado)	30/06/2026	30/06/2025 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do período		920.790	864.936	920.790	864.936
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	12	(303.011)	(288.978)	(667.646)	(575.182)
Depreciação e amortização		38.299	17.429	38.106	17.386
Provisões para riscos judiciais	16	5.341	3.962	3.140	2.067
Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	15 e 23	2.210	(39.334)	-	(41.701)
Juros e variação monetária sobre debêntures	15.2 e 23	715.541	618.768	648.066	556.644
Perda com instrumentos financeiros derivativos	19 e 23	31.009	55.706	34.150	52.113
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	16.512	13.374	2.257	6.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	101.493	74.784	34.548	21.403
Tributos indiretos diferidos	21	40.993	47.822	10.636	14.258
Custo de implementação de infraestrutura	21 e 22	443.168	749.413	89.414	158.762
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8 e 21	(602.102)	(588.170)	(387.579)	(399.249)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	8 e 21	(429.752)	(324.522)	(240.533)	(165.981)
Receita de implementação de infraestrutura	8 e 21	(656.412)	(942.783)	(128.668)	(243.216)
Receita de aplicação financeira		(25.499)	(4.673)	(17.227)	344
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(4.530)	(6.989)	(1.964)	(5.788)
Despesa de atualização monetária de provisões para riscos	16	9.069	7.110	178	2.554
Perdas de crédito esperadas		-	8.766	-	7.249
Provisão (reversão) para parcela variável	7	6.359	(12.125)	6.205	(11.712)
Reversão para custos adicionais de projetos		(2.060)	-	(2.060)	-
Outros		(1.169)	67	(1.169)	65
		306.249	254.563	340.644	261.532
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão		847.988	782.023	598.011	557.719
Impostos e contribuições sociais ativos		15.244	87.855	29.586	78.278
Outros créditos		(6.395)	(54.846)	182	(22.889)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(527.591)	(723.201)	(145.712)	(170.833)
Taxas regulamentares		6.837	4.230	5.502	3.000
Impostos e contribuições sociais passivos		11.581	(24.675)	12.816	(13.993)
Outras contas a pagar		(28.060)	(28.526)	(28.506)	(42.785)
Dividendos recebidos das controladas		-	-	177.753	121.986
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das controladas em conjunto e coligadas		191.675	340.373	191.675	340.373
		511.279	383.233	841.307	850.856
Caixa gerado pelas atividades operacionais		817.528	637.796	1.181.951	1.112.388
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.495)	(9.696)	(8.578)	(952)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		799.033	628.100	1.173.373	1.111.436
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		231.459	(459.040)	246.111	(305.813)
Adições no imobilizado e intangível		(18.441)	(12.385)	(18.214)	(11.822)
Aumento de capital nas controladas	12	-	-	(435.000)	(634.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		213.018	(471.425)	(207.103)	(951.635)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	15	(2.213)	(1.816)	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	15	(1.463)	(14.040)	-	(11.884)
Emissão debêntures, líquido de custos de transação	15.2	797.793	621.198	797.776	621.198
Pagamento de debêntures - principal	15.2	(1.132.883)	(314.200)	(1.100.924)	(304.470)
Pagamento de debêntures - juros	15.2	(395.713)	(345.958)	(369.205)	(319.597)
Pagamento de passivo de arrendamento		(217)	(297)	(217)	(297)
Pagamento de dividendos e JCP	13	(647.005)	(427.987)	(647.005)	(427.986)
(Pagamento) recebimento de instrumentos financeiros derivativos	19	(163.587)	8.284	(163.587)	8.224
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.545.288)	(474.816)	(1.483.162)	(434.812)
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(533.237)	(318.141)	(516.892)	(275.011)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	5	741.596	750.976	681.498	607.653
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	5	208.359	432.835	164.606	332.642
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(533.237)	(318.141)	(516.892)	(275.011)

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas



**Demonstração do valor adicionado
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	30/06/2025 (Reapresentado)	30/06/2026	30/06/2025 (Reapresentado)
Receitas				
Receita de contrato com cliente	2.283.338	2.422.377	1.310.556	1.342.312
Perdas de crédito esperadas	-	(8.766)	-	(7.249)
	<u>2.283.338</u>	<u>2.413.611</u>	<u>1.310.556</u>	<u>1.335.063</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
(Incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(515.461)	(835.888)	(140.175)	(230.710)
Despesas gerais, administrativas e outros	(4.448)	(2.257)	(3.479)	(5.954)
	<u>(519.909)</u>	<u>(838.145)</u>	<u>(143.654)</u>	<u>(236.664)</u>
Valor adicionado bruto	1.763.429	1.575.466	1.166.902	1.098.399
Depreciação e amortização	(38.299)	(17.429)	(38.106)	(17.386)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.725.130	1.558.037	1.128.796	1.081.013
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	303.011	288.978	667.646	575.182
Receitas financeiras	71.095	52.866	56.711	33.130
	<u>374.106</u>	<u>341.844</u>	<u>724.357</u>	<u>608.312</u>
Valor adicionado total a distribuir	2.099.236	1.899.881	1.853.153	1.689.325
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	66.978	64.963	43.987	49.665
Benefícios	40.643	36.933	36.924	33.617
FGTS	6.750	5.663	6.103	5.236
	<u>114.371</u>	<u>107.559</u>	<u>87.014</u>	<u>88.518</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)	315.525	284.575	175.340	167.716
Estaduais	887	1.306	719	812
Municipais	1.705	1.678	1.516	1.495
	<u>318.117</u>	<u>287.559</u>	<u>177.575</u>	<u>170.023</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Encargos de dívidas e variação monetária e cambial, líquidos	717.751	563.913	648.066	499.422
Instrumentos financeiros derivativos	31.010	71.227	34.150	67.634
Arrendamentos	21	64	21	62
Outros	(2.824)	4.623	(14.463)	(1.270)
	<u>745.958</u>	<u>639.827</u>	<u>667.774</u>	<u>565.848</u>
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	192.574	188.276	192.574	188.276
Lucros Retidos	728.216	676.660	728.216	676.660
	<u>920.790</u>	<u>864.936</u>	<u>920.790</u>	<u>864.936</u>
Valor adicionado total distribuído	2.099.236	1.899.881	1.853.153	1.689.325

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2026 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

A Taesa detém participação em quarenta e quatro concessões de transmissão:

Concessões na Taesa (Controladora): TSN, NVT, ETEO, GTE, PAT, MUN, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, SAN, SIT e MIR.

Controladas: SGT, MAR, JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, TNG e JUTR.

Controladas em conjunto: ETAU, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As coligadas são denominadas, em conjunto, "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (SGT, MAR, JAN, ETAU, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, TNG, Aimorés, Paraguaçu e JUTR), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE, ESTE e EDTE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé).

A principal atividade das empresas em que a Companhia tem participação é a transmissão de energia elétrica. Elas são responsáveis pela implementação, operação e manutenção das instalações da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante um período de 30 anos.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica (RTP)		Km (a)	SE (b)
	Contrato de concessão	Término			Prazo (anos)	Próxima	(não auditado)	
Taesa								
TSN	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	BA e GO	5 (c)	01/07/2029	1.140	8
Novatrans "NVT"	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5 (c)	01/07/2029	1.278	6
Munirah "MUN"	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	BA	5 (c)	01/07/2029	106	2
Gtesa "GTE"	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB e PE	5 (c)	01/07/2029	52	3
Patesa "PAT"	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	RN	5 (c)	01/07/2029	164	5
ETEO	30/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	SP	5 (c)	01/07/2029	505	3
STE	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	RJ	5 (c)	01/07/2029	390	5
ATE	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	PR e SP	5 (c)	01/07/2029	370	3
ATE II	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5 (c)	01/07/2029	942	4
NTE	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5 (c)	01/07/2029	383	4
ATE III	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	PA e TO	5	01/07/2029	454	4
Sant'Ana "SAN"	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2019 22/03/2049	100%	RS	5	01/07/2029	558	6
Saíra "SIT"	21/02/2022 (**) 005/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	SC e RS	5	01/07/2028	743	4
Miracema "MIR"	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	TO	5	01/07/2031	90	3
Controladas								
São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	MG	5	01/07/2028	n/a	1
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR")	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/10/2046	100%	MG	5	01/07/2029	82	2
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	MG e BA	5	01/07/2027	545	3
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	MT	5	01/07/2028	402	4
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 008/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	PI	5	01/07/2029	413	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT") (d)	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	BA e PI	5	01/07/2029	514	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 030/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	RN	5	01/07/2028	28	2
Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT")	12/05/2021 (**) 001/2022	31/03/2022 31/03/2052	100%	SP e PR	5	01/07/2027	363	4
Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG")	21/02/2022 (**) 015/2022	30/09/2022 30/09/2052	100%	SC	5	01/07/2028	93	3
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG")	12/05/2021 (**) 003/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	MA e PR	5	01/07/2028	279	4
Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JUTR")	12/05/2021 (**) 20/2024	09/12/2024 09/12/2054	100%	SP	5	01/07/2030	n/a	1
Controladas em conjunto								
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,62%	RS e SC	5 (c)	01/07/2029	188	4
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (e)	18/11/2016 (**) 004/2017	10/02/2017 06/04/2047	50%	MG	5	01/07/2027	208	2
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (f)	18/11/2016 (**) 003/2017	10/02/2017 28/06/2047	50%	MG e BA	5	01/07/2027	338	2
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") (g)	17/05/2017 (**) 022/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	PR	5	01/07/2028	593	5
Coligadas								
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA e MA	5 (c)	01/07/2029	931	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA	5 (c)	01/07/2029	329	2
Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	SC	5 (c)	01/07/2029	253	2
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA e MA	5 (c)	01/07/2029	459	3
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA	5 (c)	01/07/2029	155	3
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2029	230	4
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2029	40	2
EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	MT	5	01/07/2029	949	8
	31/05/2013 (*)	19/11/2009	49,98%	MG	5	01/07/2030	n/a	1

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	025/2009	19/11/2039						
ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	SC	5	01/07/2027	n/a	2
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE")	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	MG e ES	5	01/07/2027	240	2
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	BA	5	01/07/2027	164	3
Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	139	2
Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste") (h)	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	162	3
Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2029	61	2
Total geral							15.333	113

- (a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para as concessões já em operação.
- (b) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas.
- (c) A revisão tarifária refere-se apenas às receitas oriundas de processos de autorização (reforços e melhorias).
- (d) Realização do Seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Barreiras 2 - Rio Grande 2 C1 para conexão da SE Barreiras, aumentando o número de km de Linha de Transmissão. Data de entrada em operação em 20 de novembro de 2025.
- (e) Foram acrescentados 55 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos, conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL, em 13 de março de 2025.
- (f) Foram acrescentados 138 dias ao final do prazo da concessão de 30 anos, conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL, em 13 de março de 2025.
- (g) Os dados de km de Linha de Transmissão foram ajustados para refletir os valores de projeto da construção após finalização das obras de implantação da concessão, ocasionando uma diferença de 7 km a menos do valor anteriormente informado.
- (h) Realização do Seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Juiz de Fora - Itutinga para conexão da SE Santos Dumont 2, aumentando o número de Subestações das concessões e da quantidade de km de Linha de Transmissão. Data de conclusão prevista para 30 de setembro de 2027.

Aquisição de concessões - Em 20 de maio de 2026, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com a Energisa Transmissão de Energia S.A. e a Energisa S.A. (conjuntamente, as "Vendedoras" ou "Energisa"), para aquisição de 5 concessões de transmissão de energia, totalizando 1.305 km de linhas de transmissão e 12 subestações, além de ampliar em 33% a capacidade de transformação para 18.000 MVA, pelo preço de aquisição de R\$1.545.000, com data-base em 31 de dezembro de 2025, sujeito à correção pelo CDI até o fechamento. A operação adiciona R\$291.305 (ciclo 2025-2026) em RAP, distribuídos em 5 contratos de concessão com prazo médio de 22 anos.

Os novos ativos apresentam complementaridade geográfica e operacional com o portfólio atual da Taesa, contribuindo para a otimização de recursos, captura de eficiências e fortalecimento da atuação da Companhia. Com a aquisição, a Taesa passa a contar com 49 concessões em seu portfólio, reforçando sua estratégia de investir em projetos atrativos, com rentabilidade e disciplina financeira, e sua posição de referência no setor de transmissão brasileiro.

Os ativos adquiridos são: EGO I, localizado em Goiás, com 136 km e 2 subestações; EPA I, no Pará, com 296 km e 2 subestações; EPA II, no Pará, com 139 km e 3 subestações; ETT, entre Tocantins e Bahia, com 734 km e 4 subestações; e ETT II, subestação localizada no Tocantins.

Em 14 de julho de 2026 a Assembleia Geral Extraordinária da Taesa, nos termos do Artigo 256 da Lei das S.A., aprovou a referida operação e conclusão está sujeita à implementação ou renúncia, conforme o caso, de condições precedentes usuais para esse tipo de negócio, incluindo, entre outras, a aprovação de credores dos ativos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2026 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações intermediárias da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12.

O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 11 de agosto de 2026.

2.2. Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa (NE) 19.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações intermediárias individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as respectivas demonstrações financeiras anuais.

2.5. Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

2.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia declara que as práticas contábeis materiais, constantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais, as quais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas**3.1.1 Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor em 2026**

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	O IASB emitiu pequenas alterações, clarificações e correções em cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais. No IFRS 1, foram revisados os critérios relacionados à contabilidade de hedge, de forma a harmonizá-los com o IFRS 9. No IFRS 7, eliminaram-se referências obsoletas e aprimorou-se a consistência textual com os termos utilizados no IFRS 13, além de ajustes nas orientações para implementação. No IFRS 9, ajuste de referência cruzada e ajustes de termos e resolução de inconsistência com o IFRS 15, nos tópicos de desreconhecimento de passivos de arrendamento e Preço da transação. Por fim, no IFRS 10, a redação relativa à identificação de “agente de fato” foi revisada para eliminar potenciais interpretações conflitantes e destacar que essa avaliação requer julgamento profissional.	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.
IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (‘ASG’).	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.
IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026	A Companhia não identificou impactos significativos.

3.1.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01 de janeiro de 2027

Na data de autorização destas informações intermediárias, o Grupo não adotou as IFRS Accounting Standards novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027	A Companhia espera impactos na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18.
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.	01/01/2027	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.
IFRS 20: Ativos e Passivos Regulatórios	A IFRS 20 introduz um modelo obrigatório de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando existem diferenças temporárias entre o momento em que uma entidade presta bens ou serviços regulados e o momento em que recupera ou devolve tais valores mediante tarifas reguladas. A IFRS 20 também melhora a representação financeira das atividades reguladas e substitui a IFRS 14, que permitia manter políticas contábeis anteriores unicamente para adotantes pela primeira vez.	01/01/2029	A Companhia está avaliando os impactos da referida norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações intermediárias consolidadas e individuais da Companhia.

4. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS

Os valores correspondentes estão sendo reapresentados em virtude do ajuste da contabilização do swap relacionado à liquidação de transações do hedge de fluxo de caixa da 1ª série da 6ª emissão de debentures, de acordo com as orientações do “CPC 23 / IAS 8” – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. O ajuste resultou em impacto líquido negativo de R\$10.244 no lucro líquido do período 30 de junho de 2025, correspondente a uma diferença bruta

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

no resultado financeiro de R\$15.521, parcialmente compensada pelo efeito tributário de R\$5.277. O efeito líquido acumulado desses ajustes totalizou R\$82.429 em 31 de dezembro de 2025, sem impactos sobre o caixa, endividamento ou covenants financeiros, afetando exclusivamente o momento do reconhecimento contábil entre o patrimônio líquido e o resultado da Companhia, conforme apresentados abaixo:

Balanco Patrimonial	Consolidado			Controladora		
	31/12/2025	Impactos	31/12/2025	31/12/2025	Impactos	31/12/2025
	(Apresentado)		(Reapresentado)	(Apresentado)		(Reapresentado)
Ativo						
Ativos circulantes não afetados	3.579.382	-	3.579.382	2.774.115	-	2.774.115
Total do Ativo Circulante	3.579.382	-	3.579.382	2.774.115	-	2.774.115
Ativos não circulantes não afetados	18.927.124	-	18.927.124	17.053.032	-	17.053.032
Total do Ativo Não Circulante	18.927.124	-	18.927.124	17.053.032	-	17.053.032
Total do Ativo	22.506.506	-	22.506.506	19.827.147	-	19.827.147
Passivo						
Passivos circulantes não afetados	2.285.134	-	2.285.134	2.038.891	-	2.038.891
Total do Passivo Circulante	2.285.134	-	2.285.134	2.038.891	-	2.038.891
Outros passivos não circulantes não afetados	12.612.390	-	12.612.390	10.179.274	-	10.179.274
Total do Passivo Não Circulante	12.612.390	-	12.612.390	10.179.274	-	10.179.274
Reserva de lucros	3.784.357	(82.429)	3.701.928	3.784.357	(82.429)	3.701.928
Outros resultados abrangentes	(76.372)	82.429	6.057	(76.372)	82.429	6.057
Outros itens não afetados	3.900.997	-	3.900.997	3.900.997	-	3.900.997
Total do Patrimônio Líquido	7.608.982	-	7.608.982	7.608.982	-	7.608.982
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	22.506.506	-	22.506.506	19.827.147	-	19.827.147

Demonstração do Resultado	Consolidado					
	01/04/2025 a 30/06/2025	Impactos	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	Impactos	01/01/2025 a 30/06/2025
	(Apresentado)		(Reapresentado)	(Apresentado)		(Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	965.497	-	965.497	1.656.551	-	1.656.551
Remuneração do ativo contratual de concessão	296.331	-	296.331	588.170	-	588.170
Receita Operacional Líquida	1.261.828	-	1.261.828	2.244.721	-	2.244.721
Custos operacionais	(545.296)	-	(545.296)	(869.526)	-	(869.526)
Resultado Bruto	716.532	-	716.532	1.375.195	-	1.375.195
Despesas operacionais	(62.715)	-	(62.715)	(124.118)	-	(124.118)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições	653.817	-	653.817	1.251.077	-	1.251.077
Resultado de equivalência patrimonial	118.861	-	118.861	288.978	-	288.978
Receita financeira	31.096	-	31.096	52.866	-	52.866
Despesa financeira	(258.245)	(15.521)	(273.766)	(624.306)	(15.521)	(639.827)
Resultado financeiro	(227.149)	(15.521)	(242.670)	(571.440)	(15.521)	(586.961)
Resultado antes dos impostos e contribuições	545.529	(15.521)	530.008	968.615	(15.521)	953.094
Impostos e contribuições	(35.510)	5.277	(30.233)	(93.435)	5.277	(88.158)
Resultado líquido do período	510.019	(10.244)	499.775	875.180	(10.244)	864.936
Resultado por ação						
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,49349	(0,00991)	0,48358	0,84681	(0,00991)	0,83690
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	0,49349	(0,00991)	0,48358	0,84681	(0,00991)	0,83690

Demonstração do Resultado	Controladora					
	01/04/2025 a 30/06/2025	Impactos	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	Impactos	01/01/2025 a 30/06/2025
	(Apresentado)		(Reapresentado)	(Apresentado)		(Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	346.199	-	346.199	820.417	-	820.417
Remuneração do ativo contratual de concessão	200.827	-	200.827	399.249	-	399.249
Receita Operacional Líquida	547.026	-	547.026	1.219.666	-	1.219.666
Custos operacionais	(131.116)	-	(131.116)	(256.570)	-	(256.570)
Resultado Bruto	415.910	-	415.910	963.096	-	963.096
Despesas operacionais	(60.793)	-	(60.793)	(112.641)	-	(112.641)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições	355.117	-	355.117	850.455	-	850.455
Resultado de equivalência patrimonial	364.119	-	364.119	575.182	-	575.182
Receita financeira	17.352	-	17.352	33.130	-	33.130
Despesa financeira	(227.434)	(15.521)	(242.955)	(550.327)	(15.521)	(565.848)
Resultado financeiro	(210.082)	(15.521)	(225.603)	(517.197)	(15.521)	(532.718)
Resultado antes dos impostos e contribuições	509.154	(15.521)	493.633	908.440	(15.521)	892.919
Impostos e contribuições	865	5.277	6.142	(33.260)	5.277	(27.983)
Resultado líquido do período	510.019	(10.244)	499.775	875.180	(10.244)	864.936
Resultado por ação						
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,49349	(0,00991)	0,48358	0,84681	(0,00991)	0,83690
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	0,49349	(0,00991)	0,48358	0,84681	(0,00991)	0,83690

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado e Controladora					
	01/04/2025 a 30/06/2025 (Apresentado)	Impactos	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (Apresentado)	Impactos	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	510.019	(10.244)	499.775	875.180	(10.244)	864.936
Outros resultados	(5.788)	10.244	4.456	(14.040)	10.244	(3.796)
Resultado abrangente total do período	504.231	-	504.231	861.140	-	861.140

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Consolidado e controladora			Consolidado e controladora			Consolidado e controladora		
	31/12/2024 (Apresentado)	Impactos	31/12/2024 (Reapresentado)	30/06/2025 (Apresentado)	Impactos	30/06/2025 (Reapresentado)	31/12/2025 (Apresentado)	Impactos	31/12/2025 (Reapresentado)
Reserva de lucros	3.328.565	(58.256)	3.270.309	3.328.565	(68.500)	3.260.065	3.784.357	(82.429)	3.701.928
Ajuste de avaliação patrimonial	12.759	58.256	71.015	(14.040)	68.500	54.460	(46.540)	82.429	35.889
Outros itens não afetados	3.598.180	-	3.598.180	4.297.843	-	4.297.843	3.871.165	-	3.871.165
Total do Patrimônio Líquido	6.939.504	-	6.939.504	7.612.368	-	7.612.368	7.608.982	-	7.608.982

Fluxo de Caixa	Consolidado			Controladora		
	30/06/2025 (Apresentado)	Impactos	30/06/2025 (Reapresentado)	30/06/2025 (Apresentado)	Impactos	30/06/2025 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	875.180	(10.244)	864.936	875.180	(10.244)	864.936
Ajustes para:						
Juros e variações monetárias sobre debêntures	603.247	15.521	618.768	541.123	15.521	556.644
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.061	(5.277)	74.784	26.680	(5.277)	21.403
Outros itens não afetados	(1.303.925)	-	(1.303.925)	(1.181.451)	-	(1.181.451)
Variações nos ativos e passivos	373.537	-	373.537	849.904	-	849.904
Fluxo de caixa operacional	628.100	-	628.100	1.111.436	-	1.111.436
Fluxo de caixa de investimento	(471.425)	-	(471.425)	(951.635)	-	(951.635)
Fluxo de caixa de financiamento	(474.816)	-	(474.816)	(434.812)	-	(434.812)
Redução líquida caixa e equivalentes de caixa	(318.141)	-	(318.141)	(275.011)	-	(275.011)

Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado			Controladora		
	30/06/2025 (Apresentado)	Impactos	30/06/2025 (Reapresentado)	30/06/2025 (Apresentado)	Impactos	30/06/2025 (Reapresentado)
Valor adicionado bruto	1.575.466	-	1.575.466	1.098.399	-	1.098.399
Depreciação e amortização	(17.429)	-	(17.429)	(17.386)	-	(17.386)
Valor adicionado líquido produzido	1.558.037	-	1.558.037	1.081.013	-	1.081.013
Valor recebido em transferência	341.844	-	341.844	608.312	-	608.312
Valor adicionado total a distribuir	1.899.881	-	1.899.881	1.689.325	-	1.689.325
Pessoal	107.559	-	107.559	88.518	-	88.518
Impostos	292.836	(5.277)	287.559	175.300	(5.277)	170.023
Remuneração de capitais de terceiros	624.306	15.521	639.827	550.327	15.521	565.848
Remuneração de capitais próprios	875.180	(10.244)	864.936	875.180	(10.244)	864.936
Distribuição do valor adicionado	1.899.881	-	1.899.881	1.689.325	-	1.689.325

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	2.436	2.256	521	629
Aplicações financeiras	205.923	739.340	164.085	680.869
	208.359	741.596	164.606	681.498

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
CDB e Operações Compromissadas	100,95% do CDI	100,58% do CDI	101,00% do CDI	100,43% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fundo BNB conta reserva FI ¹	4.162	3.947	-	-
Fundo Investimentos Santander Aliança ²	20.896	226.697	1.463	173.614
Fundo Investimento BB Barra ³	291.356	293.328	149.265	208.171
Aplicação CDB de Longo Prazo ⁴	38.011	35.838	38.011	35.838
Aplicações CDB de Curto Prazo ⁵	23.550	24.125	-	-
	377.975	583.935	188.739	417.623
Ativo circulante	335.801	544.150	150.728	381.785
Ativo não circulante	42.174	39.785	38.011	35.838

Remuneração média	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fundo BNB conta reserva FI ¹	93,71% do CDI	93,23% do CDI	-	-
Fundo Investimentos Santander Aliança ²	100,76% do CDI	100,86% do CDI	100,76% do CDI	100,86% do CDI
Fundo Investimento BB Barra ³	103,35% do CDI	102,77% do CDI	103,35% do CDI	102,77% do CDI
Aplicação CDB de Longo Prazo ⁴	98,95% do CDI	99,02% do CDI	97,83% do CDI	97,83% do CDI
Aplicações CDB de Curto Prazo ⁵	100% do CDI	100% do CDI	-	-

¹ Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição ao risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

² Caracterizado por investir em títulos de renda fixa, com carteira composto por títulos públicos e títulos privados de emissão bancária.

³ Caracterizado por investir em títulos de renda fixa, com carteira composto por títulos públicos e títulos privados de emissão bancária. Nossas aplicações (fundos e CDB/operações compromissadas) seguem diretrizes pré-estabelecidas pela companhia, alinhadas à política de aplicações financeiras, permitindo alocação apenas em títulos com rating 'AAA' e 'AA', além de respeitar o limite máximo de 30% do caixa da companhia alocado por instituição financeira.

⁴ CDB destinado a conta reserva, 6ª e 8ª emissões debêntures (liquidação no final da dívida).

⁵ CDB destinado a conta reserva, utilizado para pagamento a serviço da dívida 1ª e 2ª emissões de debêntures da controlada Janaúba (acumula 6 meses e paga juros e principal).

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Concessionárias e permissionárias	376.842	346.666	294.055	279.954
Perdas de crédito esperadas (PCE) ¹	(53.166)	(53.166)	(44.011)	(44.011)
Concessionárias e permissionárias, líquido de PCE	323.676	293.500	250.044	235.943
Parcela variável ²	(15.021)	(8.662)	(14.314)	(8.109)
	308.655	284.838	235.730	227.834
Circulante	286.227	262.410	216.060	208.164
Não circulante ³	22.428	22.428	19.670	19.670

¹O saldo se refere à identificação de risco na base de clientes e foi realizada conforme as melhores informações e expectativas da Administração. ²Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos.

³O saldo refere-se aos valores contestados por usuários acerca (i) de cobranças dos montantes determinados pelo ONS e (ii) de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de CUST, os quais estão em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Movimentação da PV	31/12/2025	Adição	Reversão	Descontos	30/06/2026
Consolidado	(8.662)	(20.866)	7.234	7.273	(15.021)
Controladora	(8.109)	(15.299)	4.395	4.699	(14.314)

Movimentação da PV	31/12/2024	Adição	Reversão	Descontos	31/12/2025
Consolidado	(20.208)	(17.613)	4.052	25.107	(8.662)
Controladora	(19.464)	(15.777)	4.033	23.099	(8.109)

Saldo de clientes por vencimento	Valores Correntes					30/06/2026	31/12/2025
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Consolidado	257.233	17.868	275	4.876	43.424	323.676	293.500
Controladora	194.819	14.599	237	3.947	36.442	250.044	235.943

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de concessão e estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP) – encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Não houve alteração para esta demonstração intermediária.

A tabela abaixo detalha os valores das RAPs ativas, exceto para os projetos principais em construção.

Concessão	Ciclo 2026-2027			Ciclo 2025-2026			Ciclo 2024-2025		
	Despacho 2.268 de 22/06/2026			Resolução 3.481 de 15/07/2025			Resolução 3.481 de 15/07/2025		
	Período: de 01/07/2026 a 30/06/2027			Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026			Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026		
	RAP	PA ¹	Total	RAP	PA ¹	Total	RAP	PA ¹	Total
TSN	531.795	(22.992)	508.803	510.318	(27.293)	483.025	478.336	(27.060)	451.276
GTE	9.316	(295)	9.021	9.138	(334)	8.804	8.538	(366)	8.172
MUN	35.806	(647)	35.159	35.121	993	36.114	31.502	(1.329)	30.173
PAT	29.076	(963)	28.113	28.520	(689)	27.831	26.099	(2.005)	24.094
ETEO	166.064	(5.120)	160.944	162.887	(4.965)	157.922	152.272	(5.906)	146.366
NVT	560.435	(49.891)	510.544	549.715	(43.828)	505.887	471.472	(59.659)	411.813
STE	80.798	(2.597)	78.201	79.252	(2.983)	76.269	74.111	(3.884)	70.227
NTE	145.082	(4.722)	140.360	142.307	(5.347)	136.960	132.964	(5.961)	127.003
ATE	159.540	(4.324)	155.216	137.811	(4.770)	133.041	128.801	(5.629)	123.172
ATE II	220.077	(6.799)	213.278	215.867	(7.800)	208.067	201.746	(9.124)	192.622
ATE III ²	115.707	(3.372)	112.335	103.787	(3.502)	100.285	98.504	(4.993)	93.511
SAN ²	97.443	(3.660)	93.783	93.047	(2.936)	90.111	88.347	1.148	89.495
SIT ^{2 3}	200.791	(4.741)	196.050	191.732	(8.493)	183.239	182.047	(8.275)	173.772
SGT ²	8.268	(8)	8.260	7.895	(2)	7.893	7.496	11	7.507
BRAS ²	44.246	(1.980)	42.266	42.250	(2.692)	39.558	40.128	(272)	39.856
MAR ²	25.065	(14)	25.051	23.935	(250)	23.685	22.725	(313)	22.412
MIR ²	106.595	(3.299)	103.296	104.249	(3.043)	101.206	98.983	(4.385)	94.598
SPT ²	105.984	410	106.394	83.995	1.923	85.918	78.504	(739)	77.765
SJT ²	73.864	(2.509)	71.355	70.532	(2.453)	68.079	66.969	(2.845)	64.124
LNT ²	19.169	(245)	18.924	17.707	(865)	16.842	16.813	(1.415)	15.398
JAN ²	306.892	(10.529)	296.363	293.046	(10.410)	282.636	278.245	(11.023)	267.222
ANT ^{2 4}	173.056	801	173.857	171.140	-	171.140	162.496	-	162.496
TNG ^{2 4}	113.372	(1.178)	112.194	108.257	-	108.257	102.789	-	102.789
PTG ²	24.519	(881)	23.638	23.413	(106)	23.307	22.201	-	22.201
JUTR ⁴	20.507	-	20.507	19.582	-	19.582	18.408	-	18.408
	3.373.467	(129.555)	3.243.912	3.225.503	(129.845)	3.095.658	2.990.496	(154.024)	2.836.472

¹Parcela de Ajuste. ²Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos. ³Empreendimento em operação comercial, com projeto de revitalização em andamento. RAP ativa de R\$157.837 no ciclo 2025-2026. ⁴Projeto principal em construção.

O Despacho nº 2.268/2026 estabeleceu as RAPs das transmissoras para o ciclo 2026-2027 e as Parcela de Ajuste de Vida Útil (PA VU) e Parcela de Ajuste de Retroatividade (PA RETRO).

A PA VU é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA RETRO.

Após resultado da revisão tarifária, essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente até a próxima revisão tarifária da Concessionária.

A PA RETRO é utilizada para corrigir eventuais diferenças entre as receitas provisória e blindada desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços.

Concessão	PA VU			Total Anual	PA RETRO		Total Anual
	1 ciclos	2 ciclos	3 ciclos		2 ciclo	3 ciclos	
TSN	-	-	-	-	-	(7.019)	(7.019)
ETEO	-	86	29	115	-	68	68
NVT	298	-	-	298	-	(35.206)	(35.206)
STE	-	-	-	-	-	(45)	(45)
NTE	-	-	-	-	-	(186)	(186)
ATE	-	-	-	-	-	112	112
ATE II	-	-	-	-	-	102	102
ATE III ¹	-	198	110	308	-	(273)	(273)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	PA VU			Total Anual	PA RETRO		Total Anual
	1 ciclos	2 ciclos	3 ciclos		2 ciclo	3 ciclos	
BRAS ¹	-	-	-	-	(348)	-	348
MAR ¹	-	-	-	-	-	706	706
SPT ¹	-	-	-	-	-	4.493	4.493
	298	284	139	721	(348)	(37.248)	(37.596)

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

8. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2025	Adição (baixa)	Custos adicionais	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	30/06/2026
TSN	808.962	397	-	36.648	18.036	(66.721)	797.322
MUN	63.979	(226)	-	3.103	1.807	(4.636)	64.027
GTE	25.669	8	-	1.319	824	(2.660)	25.160
PAT	110.884	7	-	4.095	3.280	(8.837)	109.429
ETEO	320.682	37	-	15.433	10.104	(42.345)	303.911
NVT	1.507.574	1.789	-	95.573	41.149	(168.543)	1.477.542
NTE	352.856	34	-	24.262	11.162	(39.303)	349.011
STE	292.642	2	-	14.394	9.519	(27.029)	289.528
ATE	643.181	86.460	-	25.254	18.060	(44.490)	728.465
ATE II	777.540	241	-	30.941	24.460	(53.058)	780.124
ATE III	496.746	22.722	-	14.997	12.699	(24.860)	522.304
SAN	838.532	-	-	38.184	28.770	(42.337)	863.149
SIT	1.413.728	16.893	10.342	49.704	34.971	(48.200)	1.477.438
MIR	747.928	304	-	33.672	25.692	(39.093)	768.503
Total Controladora	8.400.903	128.668	10.342	387.579	240.533	(612.112)	8.555.913
Circulante	1.155.967						1.207.515
Não circulante	7.244.936						7.348.398
MAR	280.545	-	-	8.015	9.278	(10.921)	286.917
SGT	75.653	-	-	1.971	2.552	(3.302)	76.874
JAN	2.486.087	-	-	117.025	85.341	(132.585)	2.555.868
BRAS	251.691	-	-	13.599	8.180	(17.567)	255.903
SJT	691.261	-	-	21.086	22.701	(30.121)	704.927
SPT	873.366	46.890	-	27.169	27.664	(38.023)	937.066
LNT	150.692	-	-	6.703	5.207	(7.712)	154.890
ANT	2.069.842	348.263	-	-	-	-	2.418.105
PTG	304.987	-	-	7.092	10.610	(9.822)	312.867
TNG	1.299.372	118.403	-	11.863	17.686	(16.001)	1.431.323
JURT	2.103	14.188	-	-	-	-	16.291
Total Consolidado	16.886.502	656.412	10.342	602.102	429.752	(878.166)	17.706.944
Circulante	1.701.687						1.874.246
Não circulante	15.184.815						15.832.698

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2024	Adição (baixa)	Custos adicionais	Remuneração	Correção monetária	Realização	31/12/2025
TSN	805.803	48.434	-	71.167	2.594	(119.036)	808.962
MUN	62.541	3.732	-	6.125	(109)	(8.310)	63.979
GTE	27.917	16	-	2.842	40	(5.146)	25.669
PAT	118.984	(49)	-	8.786	248	(17.085)	110.884
ETEO	366.860	552	-	34.683	534	(81.947)	320.682
NVT	1.572.803	37.146	-	203.089	17.225	(322.689)	1.507.574
NTE	376.852	(138)	-	51.537	628	(76.023)	352.856
STE	313.927	5	-	30.588	406	(52.284)	292.642
ATE	608.624	67.192	-	53.079	363	(86.077)	643.181
ATE II	814.565	452	-	64.809	367	(102.653)	777.540
ATE III	450.491	48.856	-	29.044	15.734	(47.379)	496.746
SAN	806.662	-	-	74.499	34.420	(77.049)	838.532
SIT	1.091.874	291.764	(13.806)	96.393	41.469	(93.966)	1.413.728
MIR	725.580	1.517	-	66.131	30.911	(76.211)	747.928
Total Controladora	8.143.483	499.479	(13.806)	792.772	144.830	(1.165.855)	8.400.903
Circulante	1.053.265						1.155.967
Não circulante	7.090.218						7.244.936
MAR	274.711	-	-	15.827	11.297	(21.290)	280.545
SGT	75.021	-	-	3.929	3.139	(6.436)	75.653
JAN	2.412.531	-	-	229.542	102.487	(258.473)	2.486.087
BRAS	248.927	-	-	27.071	9.943	(34.250)	251.691
SJT	680.455	-	-	41.772	27.755	(58.721)	691.261
SPT	717.106	82.173	-	47.504	90.311	(63.728)	873.366
LNT	146.310	-	-	13.155	6.261	(15.034)	150.692
ANT	1.290.742	779.100	-	-	-	-	2.069.842
PTG	246.616	57.575	-	7.181	3.479	(9.864)	304.987
TNG	420.564	878.808	-	-	-	-	1.299.372
JUTR	100	2.003	-	-	-	-	2.103
Total Consolidado	14.656.566	2.299.138	(13.806)	1.178.753	399.502	(1.633.651)	16.886.502

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2024	Adição (baixa)	Custos adicionais	Remuneração	Correção monetária	Realização	31/12/2025
Circulante	1.477.218						1.701.687
Não circulante	13.179.348						15.184.815

As principais adições estão relacionadas a aquisição, aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (i)
Aquisição e novas Construções						
PTG Abdon Batista – Barra Grande Abdon Batista – Videira	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 015/2022	R\$23.625 (iv)	R\$243.153	Energização concluída em junho de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 10/2023 (ii)
ANT Ponta Grossa – Assis Bateias – Curitiba Leste	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 001/2022	R\$166.962 (iv)	R\$1.750.054	Energização parcial em junho e julho de 2026 (vi) (vii)	ADE da RFB nº 102/2022 (ii)
TNG Encruzo Novo – Santa Luzia III Açaíândia – Dom Eliseu II Secc. da LT 500 kV – LT Açaíândia – Miranda II na SE Santa Luzia III SE 500/230/69 kV – Açaíândia SE 500/230/138 kV – Santa Luzia III SE 230/69 kV – Dom Eliseu II SE Encruzo Novo – Compensador Síncrono, Banco de Capacitor “Shunt” e Banco de Reatores de Barra	Suprimento às regiões de Açaíândia, Buriticupu, Vitorino Freire (MA), Dom Eliseu (PA) e a região Noroeste do estado do Maranhão	Contrato de Concessão ANEEL 003/2023	R\$109.380 (iv)	R\$1.117.077	Energização parcial em março, abril, maio e julho de 2026 (v) (vii)	ADE da RFB nº 192/2023 (ii)
SII Instalações de Garabi I e II – Revitalização do Sistema de Comando, Controle e de Teleproteção das Conversoras Operação das Instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão	Continuidade da prestação do serviço público de transmissão pela vida útil remanescente da interligação internacional com a Argentina	Contrato de Concessão ANEEL 005/2023	R\$182.218 (iv)	R\$1.175.720 (iii)	Energização parcial em abril de 2026 (vi)	ADE da RFB nº 537/2024 (ii)
JUTR SE 440/138 kV Estância Secc. da LT 440 kV Bauru - Salto na SE Estância	Implantação da subestação para atendimento à região de Jaú	Contrato Concessão ANEEL 020/2024	R\$19.785 (iv)	R\$244.013	Junho de 2028	-
Reforços						
NVT SE Imperatriz e SE Colinas	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Imperatriz e substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.823/2022	R\$27.705	R\$189.298	Energização concluída em fevereiro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 59/2023 (ii)
TSN Bom Jesus da Lapa II	Reforço do 3º ATR de Bom Jesus da Lapa II	Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.194/2022	R\$10426 (iv)	R\$70.761	Energização concluída em setembro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 143/2022 (ii)
SPT Secc. da LT 230 kV – Rio Grande II – Barreiras II na SE Barreiras	Instalação de seccionamento e módulos na subestação Barreiras	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.027/2024	R\$6.489 (iv)	R\$40.889	Energização concluída em novembro de 2025 (vi)	ADE da RFB nº 837/2023 (ii)
ATE III SE Itacaiúnas	Instalação de Banco de Reatores	Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.196/2024	R\$6.348 (iv)	R\$41.800	Energização concluída em março de 2026 (vi)	ADE da RFB nº1398/2024 (ii)
ATE SE Assis	Instalação de Banco de Autotransformador	Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.819/2023	R\$17.226	R\$119.363	Energização concluída em julho de 2026 (vii)	ADE da RFB nº 376/2024 (ii)
SPT SE Rio Grande II	Instalação de Autotransformador	Despacho ANEEL nº 677/2024	R\$5.302 (iv)	R\$34.641	Setembro de 2026	ADE da RFB nº 837/2023 (ii)
SPT SE Rio Grande II	Instalação de Autotransformador	Despacho ANEEL nº 420/2026	R\$5.572	R\$37.588	Dezembro de 2028	-

(i) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. (ii) Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil. (iii) Inclui a indenização paga à antiga concessionária e o investimento na revitalização. (iv) Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS. (v) Em março de 2026, o empreendimento entrou parcialmente em operação, conforme descrito nas NE 26. (vi) Vide NE 26. (vii) Vide NE 27.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras ¹	88.416	115.670	74.187	103.896
PIS e COFINS a compensar	3.119	3.690	3.274	3.845
Impostos e contribuições retidos	4.923	4.566	4.088	3.861
ICMS a recuperar	32.921	22.392	16.548	16.654
Outros	3.864	2.169	2.409	1.836
Ativo circulante	133.243	148.487	100.506	130.092
IRPJ e CSLL correntes	7.170	2.448	-	-
PIS e COFINS	25.508	13.951	21.748	10.893
INSS e FGTS	1.974	11.682	-	8.004
ICMS	50.005	49.324	11.528	12.328
ISS	2.545	6.015	1.880	2.313
IRRF	7.195	1.081	6.262	954
Outros	983	1.282	358	789
Passivo circulante	95.380	85.783	41.776	35.281

¹O valor registrado no ativo referente a Impostos a Recuperar está sendo gradualmente utilizado para compensação de débitos fiscais e processamento de pedidos de restituição. A Companhia continua monitorando o progresso da recuperação, assegurando o direito à restituição no curto prazo, conforme estabelecido no art. 24 da Lei nº 11.457/2007.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão compensados na apuração da carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo a Resolução CVM nº 78/2022 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	30/06/2026			31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA (Controladora)	612.982	(1.415.024)	(802.042)	514.178	(1.284.792)	(770.614)
JAN	38.557	(517.380)	(478.823)	42.540	(488.963)	(446.423)
BRAS	-	(7.859)	(7.859)	-	(7.726)	(7.726)
SGT	-	(2.368)	(2.368)	-	(2.330)	(2.330)
MAR	-	(8.904)	(8.904)	-	(8.714)	(8.714)
SPT	2.649	(121.068)	(118.419)	-	(100.256)	(100.256)
SJT	-	(21.712)	(21.712)	-	(21.291)	(21.291)
LNT	-	(4.770)	(4.770)	-	(4.641)	(4.641)
ANT	-	(74.477)	(74.477)	-	(63.751)	(63.751)
PTG	-	(9.636)	(9.636)	-	(9.394)	(9.394)
TNG	-	(44.085)	(44.085)	-	(40.021)	(40.021)
JUTR	-	(502)	(502)	-	(64)	(64)
	654.188	(2.227.785)	(1.573.597)	556.718	(2.031.943)	(1.475.225)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Crédito fiscal incorporado - ágio ¹	179.411	190.452	179.411	190.452
Diferenças temporárias ²	145.045	173.785	129.815	161.379
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	329.732	192.481	303.756	162.347
Ativo não circulante	654.188	556.718	612.982	514.178
Diferenças temporárias ²	(2.227.785)	(2.031.943)	(1.415.024)	(1.284.792)
Passivo não circulante	(2.227.785)	(2.031.943)	(1.415.024)	(1.284.792)
Saldo líquido	(1.573.597)	(1.475.225)	(802.042)	(770.614)

¹Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010. ²As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 30/06/2026	IRPJ e CSLL	
		30/06/2026	31/12/2025
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	219.339	74.575	76.034
Provisão para participação nos lucros	19.552	6.648	12.529
Provisão para fornecedores	46.788	15.908	19.846

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Base de cálculo 30/06/2026	IRPJ e CSLL	
		30/06/2026	31/12/2025
Provisão para parcela variável	15.797	5.371	2.881
Provisões para riscos judiciais	75.483	25.664	24.976
Perdas de crédito esperadas	49.643	16.879	16.795
Instrumentos Financeiros - derivativos	-	-	20.724
Total do ativo		145.045	173.785
Ajuste a valor de mercado - dívida	(48.865)	(16.614)	(3.104)
Instrumentos Financeiros - derivativos	(68.486)	(23.285)	39.343
CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente	(6.434.960)	(2.187.886)	(2.068.182)
Total do passivo		(2.227.785)	(2.031.943)
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	205.055	69.719	72.910
Provisão para participação nos lucros	18.743	6.372	12.435
Provisão para fornecedores	32.563	11.071	15.152
Provisão para parcela variável	14.314	4.867	2.757
Provisões para riscos judiciais	67.124	22.822	22.438
Perdas de crédito esperadas	44.011	14.964	14.964
Instrumentos Financeiros - derivativos	-	-	20.723
Total do ativo		129.815	161.379
Ajuste ao valor de mercado - dívida	(48.865)	(16.614)	(3.104)
Instrumentos Financeiros - derivativos	(68.486)	(23.285)	39.343
CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente	(4.044.484)	(1.375.125)	(1.321.031)
Total do passivo		(1.415.024)	(1.284.792)

A seguir a expectativa da Companhia para realização dos ativos diferidos:

	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
2026	11.152	63.565	54.829	12.259	1.832	86.976	67.813
2027	23.972	54.282	49.949	27.087	14.876	105.341	88.797
2028	25.929	27.198	25.037	37.052	33.714	90.179	84.680
2029 - 2031	83.675	-	-	97.053	97.053	180.728	180.728
2032 - 2034	25.836	-	-	156.281	156.281	182.117	182.117
2035 - 2037	7.702	-	-	-	-	7.702	7.702
2038 - 2040	1.145	-	-	-	-	1.145	1.145
Total	179.411	145.045	129.815	329.732	303.756	654.188	612.982

As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente registradas e divulgadas. De acordo com o artigo 580 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/2018, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

11. TRIBUTOS INDIRETOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
PIS e COFINS diferidos - passivo ¹	971.454	929.580	448.623	437.986

¹Montante relacionado, basicamente, à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia e suas controladas, na aplicação do CPC 47/IFRS 15, que será amortizado até o término da concessão.

12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Controladas						
SGT ¹	10.457.000	100,00%	-	-	77.667	74.113
MAR ²	174.500.000	100,00%	-	-	266.246	262.049
JAN	225.145.100	100,00%	-	-	795.351	809.159
BRAS ¹	191.052.000	100,00%	-	-	226.080	222.777
SJT	434.523.157	100,00%	-	-	674.154	662.815
SPT ¹	597.235.007	100,00%	-	-	705.023	741.004
LNT	41.116.290	100,00%	-	-	110.065	107.178
ANT	1.842.001.000	100,00%	-	-	2.209.049	1.848.739
PTG ⁴	241.700.000	100,00%	-	-	293.299	299.293
TNG ^{2 5}	1.018.001.000	100,00%	-	-	1.345.682	1.144.700
JUTR	15.749.291	100,00%	-	-	20.475	6.744

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
			-	-	6.723.091	6.178.571
<u>Controladas em conjunto</u>						
ETAU	34.895.364	75,62%	121.655	132.084	121.655	132.084
Aimorés	395.400.000	50,00%	274.738	258.000	274.738	258.000
Paraguaçu	620.000.000	50,00%	407.544	387.609	407.544	387.609
Ivaí	315.000.000	50,00%	672.129	618.968	672.129	618.968
			1.476.066	1.396.661	1.476.066	1.396.661
<u>Coligadas diretas³</u>						
EATE	180.000.010	49,98%	597.318	567.924	597.318	567.924
EBTE	263.058.339	49,00%	165.622	162.498	165.622	162.498
ECTE	42.095.000	19,09%	55.098	50.988	55.098	50.988
ENTE	100.840.000	49,99%	493.408	461.561	493.408	461.561
ETEP	45.000.010	49,98%	133.462	135.511	133.462	135.511
ERTE	84.133.970	21,95%	42.692	42.644	42.692	42.644
EDTE	1.218.126	24,95%	84.618	78.066	84.618	78.066
Transudeste	30.000.000	49,00%	57.502	57.043	57.502	57.043
Transleste	49.569.000	49,00%	82.213	81.542	82.213	81.542
Transirapé	22.340.490	49,00%	87.712	81.546	87.712	81.546
			1.799.645	1.719.323	1.799.645	1.719.323
Total do investimento			3.275.711	3.115.984	9.998.802	9.294.555

¹As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 8ª emissão de debêntures da Taesa. ²As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 6ª emissão de debêntures da Taesa. ³Em 30 de junho de 2026, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possuía participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%. ⁴Em 2025, o empreendimento entrou 100% em operação comercial, conforme NE 26. ⁵Em 2026, o empreendimento entrou parcialmente em operação comercial, conforme NE 26.

Mutação dos Investimentos	31/12/2025	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	30/06/2026
<u>Controladas</u>					
SGT	74.113	-	-	3.554	77.667
MAR	262.049	-	(7.079)	11.276	266.246
JAN	809.159	-	(102.656)	88.848	795.351
BRAS	222.777	-	(13.381)	16.684	226.080
SJT	662.815	-	(29.455)	40.794	674.154
SPT	741.004	60.000	(138.026)	42.045	705.023
LNT	107.178	-	(5.508)	8.395	110.065
ANT	1.848.739	253.000	15.696	91.614	2.209.049
PTG	299.293	-	(19.676)	13.682	293.299
TNG	1.144.700	112.000	44.970	44.012	1.345.682
JUTR	6.744	10.000	-	3.731	20.475
	6.178.571	435.000	(255.115)	364.635	6.723.091
<u>Controladas em conjunto</u>					
ETAU	132.084	-	(25.649)	15.220	121.655
Aimorés	258.000	-	(6.401)	23.139	274.738
Paraguaçu	387.609	-	(14.259)	34.194	407.544
Ivaí	618.968	-	-	53.161	672.129
	1.396.661	-	(46.309)	125.714	1.476.066
<u>Coligadas diretas</u>					
EATE	567.924	-	(47.483)	76.877	597.318
EBTE	162.498	-	(6.340)	9.464	165.622
ECTE	50.988	-	-	4.110	55.098
ENTE	461.561	-	(12.580)	44.427	493.408
ETEP	135.511	-	(12.759)	10.710	133.462
ERTE	42.644	-	(3.291)	3.339	42.692
EDTE	78.066	-	(2.370)	8.922	84.618
Transudeste	57.043	-	(3.578)	4.037	57.502
Transleste	81.542	-	(6.370)	7.041	82.213
Transirapé	81.546	-	(2.204)	8.370	87.712
	1.719.323	-	(96.975)	177.297	1.799.645
	9.294.555	435.000	(398.399)	667.646	9.998.802

Mutação dos Investimentos	31/12/2024	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2025
<u>Controladas</u>					
SGT	72.495	-	(4.413)	6.031	74.113
MAR	252.540	-	(14.893)	24.402	262.049
JAN	727.523	-	(110.536)	192.172	809.159
BRAS	213.657	-	(15.086)	24.206	222.777
SJT	646.753	-	(45.736)	61.798	662.815
SPT	726.177	-	(14.329)	29.156	741.004
LNT	105.905	-	(9.340)	10.613	107.178

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação dos Investimentos	31/12/2024	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2025
ANT	1.193.347	605.000	(15.696)	66.088	1.848.739
PTG	224.758	68.000	(2.035)	8.570	299.293
TNG	365.317	635.000	(44.971)	189.354	1.144.700
JUTR	2.198	5.000	-	(454)	6.744
	4.530.670	1.313.000	(277.035)	611.936	6.178.571
Controladas em conjunto					
ETAU	148.576	-	(37.519)	21.027	132.084
Aimorés	356.527	-	(144.678)	46.151	258.000
Paraguaçu	586.305	-	(267.546)	68.850	387.609
Ivaí	600.776	-	(65.000)	83.192	618.968
	1.692.184	-	(514.743)	219.220	1.396.661
Coligadas diretas					
EATE	713.387	-	(248.646)	103.183	567.924
EBTE	179.482	-	(32.471)	15.487	162.498
ECTE	59.068	-	(12.947)	4.867	50.988
ENTE	476.309	-	(71.836)	57.088	461.561
ETEP	137.202	-	(16.521)	14.830	135.511
ERTE	47.152	-	(7.894)	3.386	42.644
EDTE	66.104	-	(3.145)	15.107	78.066
Transudeste	59.919	-	(7.759)	4.883	57.043
Transleste	86.452	-	(13.822)	8.912	81.542
Transirapé	74.989	-	(3.670)	10.227	81.546
	1.900.064	-	(418.711)	237.970	1.719.323
	8.122.918	1.313.000	(1.210.489)	1.069.126	9.294.555

As mutações dos dividendos a receber são apresentadas na NE 13 – Partes relacionadas.

A data-base das informações intermediárias das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano.

A seguir encontram-se as informações resumidas com base nas informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas.

Balanço patrimonial	30/06/2026			31/12/2025		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	109.789	241.758	351.547	173.203	238.064	411.267
Ativo de contrato de concessão	614.864	829.926	1.444.790	607.727	790.169	1.397.896
Outros ativos circulantes	83.250	167.572	250.822	79.484	119.783	199.267
Ativos circulantes	807.903	1.239.256	2.047.159	860.414	1.148.016	2.008.430
Ativo de contrato de concessão	6.854.428	4.215.247	11.069.675	6.677.624	4.038.358	10.715.982
Outros ativos não circulantes	353.591	1.687.443	2.041.034	349.456	1.721.105	2.070.561
Ativos não circulantes	7.208.019	5.902.690	13.110.709	7.027.080	5.759.463	12.786.543
Empréstimos, financiamentos, debêntures	119.011	309.522	428.533	111.599	310.804	422.403
Passivo de arrendamento	700	858	1.558	291	858	1.149
Outros passivos circulantes	122.091	303.426	425.517	260.818	263.750	524.568
Passivos circulantes	241.802	613.806	855.608	372.708	575.412	948.120
Empréstimos, financiamentos, debêntures	2.892.832	1.755.428	4.648.260	2.873.342	1.817.809	4.691.151
Passivo de arrendamento	120	134	254	635	135	770
Outros passivos não circulantes	2.062.422	1.133.437	3.195.859	1.990.622	1.210.591	3.201.213
Passivos não circulantes	4.955.374	2.888.999	7.844.373	4.864.599	3.028.535	7.893.134
Patrimônio líquido individual	2.818.746	3.639.141	6.457.887	2.650.187	3.303.532	5.953.719
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	1.441.090	1.622.742	3.063.832	1.359.657	1.470.955	2.830.612
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	34.976	176.903	211.879	37.004	248.368	285.372
Investimento total da Taesa	1.476.066	1.799.645	3.275.711	1.396.661	1.719.323	3.115.984

Demonstração do resultado	30/06/2026			30/06/2025		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	527.518	707.861	1.235.379	491.054	436.821	927.875
Custos e despesas	(28.397)	(239.505)	(267.902)	(22.517)	(49.822)	(72.339)
Receitas financeiras	17.850	18.169	36.019	29.377	18.004	47.381
Despesas financeiras	(197.150)	(153.518)	(350.668)	(140.169)	(138.369)	(278.538)
Resultado financeiro	(179.300)	(135.349)	(314.649)	(110.792)	(120.365)	(231.157)
Equivalência patrimonial	-	148.321	148.321	-	140.341	140.341

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	30/06/2026			30/06/2025		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(75.416)	66.642	(8.774)	(89.555)	(30.087)	(119.642)
Resultado líquido do período	244.405	547.970	792.375	268.190	376.888	645.078
Resultado do período - participação da Taesa	128.045	252.064	380.109	139.192	168.676	307.868
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contato de concessão, líquido de impostos e outros	(2.331)	(74.767)	(77.098)	(2.625)	(16.265)	(18.890)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	125.714	177.297	303.011	136.567	152.411	288.978

(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	30/06/2026	31/12/2025
Aimorés	Bradesco	jun-30	(a)	CDI + 0,50%	201.803	201.815
Aimorés	Bradesco	jun-32	(a)	CDI + 0,59%	48.887	48.859
Paraguaçu	Bradesco	jun-30	(a)	CDI + 0,50%	365.496	365.530
Paraguaçu	Bradesco	jun-32	(a)	CDI + 0,59%	85.821	85.782
IVAÍ	Itaú	dez-43	(d)	IPC-A + 4,9982%	2.309.836	2.282.955
Controladas em conjunto					3.011.843	2.984.941
EATE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,80%	-	13
EATE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,65%	307.817	312.419
EATE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	266.660	266.488
EATE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	87.483	87.289
EATE	Santander	jun-30	(a)	IPCA + 7,4512%	262.866	250.037
EATE	Votorantim	mai-30	(a)	CDI + 0,47%	153.172	152.743
ECTE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	164.103	183.229
ECTE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	47.764	50.093
ECTE	Votorantim	mai-30	(a)	CDI + 0,47%	61.269	61.041
EDTE	Santander	dez-28	(c)	IPCA + 5,29%	324.667	340.945
ENTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,80%	-	5
ENTE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,65%	50.046	50.351
ENTE	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	48.977	48.870
ENTE	Votorantim	nov-30	(a)	CDI + 0,47%	30.634	30.471
ETEP	Votorantim	set-29	(a)	CDI + 0,89%	102.119	102.356
ETEP	Votorantim	mai-27	(a)	CDI + 0,18%	26.793	35.586
EBTE	Santander	jun-30	(a)	CDI + 0,67%	83.071	83.206
EBTE	Votorantim	nov-30	(a)	CDI + 0,39%	45.946	45.751
Transirapé	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,90%	-	25.948
Transirapé	BDMG	out-29	(b)	TJLP + 3,50%	1.563	1.772
Coligadas diretas e indiretas					2.064.950	2.128.613
					5.076.793	5.113.554

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (d) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios (Ivaí) - Contas Vinculadas.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros), incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

Em 30 de junho de 2026, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

Dívida	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
1ª emissão de debêntures - Ivaí	Fluxo de Caixa Operacional/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,30	Anual
2ª emissão de debêntures - EDTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 5,29	Anual
11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures - EATE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$2.052 para a 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões.	N/A	Semestral
8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures - ECTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$357 para a 8ª e R\$380 para a 9ª e 10ª emissões.	N/A	Semestral
6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures - ENTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$886 para a 6ª, 7ª e 8ª emissões.	N/A	Semestral

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dívida	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
6ª e 7ª emissões de debêntures - ETEP	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$301 para as 6ª e 7ª emissões.	N/A	Semestral
4ª e 5ª emissões de debêntures - EBTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$238 para a 4ª e 5ª emissões.	N/A	Semestral
3ª emissão de debêntures - Transirapé	Dívida total menos caixa e equivalentes limitados ao valor de R\$173.	N/A	Semestral
Contrato BDMG - FINEM - Transirapé	Índice de capital próprio e índice de cobertura do serviço da dívida	ICP acima de 25% e o ICSD acima de 1,20x	Anual

ii) Provisões para riscos judiciais e passivos contingentes

	Provisão para riscos		Passivos contingentes	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Paraguaçu	4.233	4.244	30.980	25.400
Aimorés	4.248	4.124	11.557	14.560
ETAU	122	319	3.898	3.269
Ivaí	47.724	45.641	-	-
Controladas em conjunto	56.327	54.328	46.435	43.229
EATE	226	226	7.348	7.348
EBTE	-	-	158	158
ENTE	600	600	-	-
Coligadas diretas	826	826	7.506	7.506
	57.153	55.154	53.941	50.735

(iii) RAP

Concessão	Ciclo 2027-2026			Ciclo 2025-2026			Ciclo 2024-2025		
	Despacho 2.268 de 22/06/2026			Resolução 3.481 de 15/07/2025			Resolução 3.348 de 16/07/2024		
	Período: de 01/07/2026 a 30/06/2027			Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026			Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	51.417	(6.792)	44.625	53.507	2.842	56.349	49.996	3.656	53.652
Aimorés ¹	125.537	(4.245)	121.292	119.873	(4.084)	115.789	113.818	(4.894)	108.924
Paraguaçu ¹	187.368	(6.401)	180.967	178.915	(6.067)	172.848	169.878	4.040	173.918
Ivaí ¹	470.325	(15.754)	454.571	435.613	(15.979)	419.634	413.610	(24.484)	389.126
ENTE	223.371	(6.694)	216.677	208.097	(7.560)	200.537	194.443	(8.369)	186.074
EATE	440.374	(12.831)	427.543	404.597	(14.660)	389.937	378.049	(15.599)	362.450
EBTE ¹	89.827	(3.049)	86.778	85.775	1.891	87.666	73.681	(2.457)	71.224
ECTE	86.210	(2.815)	83.395	87.872	(3.218)	84.654	82.108	(3.516)	78.592
ETEP	89.168	(2.900)	86.268	90.902	(3.361)	87.541	84.972	(3.678)	81.294
ERTE	46.720	(1.565)	45.155	47.619	(1.715)	45.904	44.495	(809)	43.686
STC ¹	42.434	(1.085)	41.349	40.520	(1.987)	38.533	35.070	3.161	38.231
Lumitrans	24.167	(794)	23.373	24.632	(898)	23.734	23.016	(1.008)	22.008
ESTE ¹	177.499	(6.063)	171.436	169.491	(6.161)	163.330	160.930	(7.407)	153.523
ESDE ¹	20.960	(463)	20.497	20.014	(482)	19.532	19.664	(503)	19.161
ETSE	41.077	(112)	40.965	39.224	(33)	39.191	37.242	(365)	36.877
EDTE ¹	109.811	(3.789)	106.022	104.856	(3.834)	101.022	99.560	(4.229)	95.331
Transirapé	45.472	(1.136)	44.336	46.346	(2.888)	43.458	44.874	(838)	44.036
Transleste	36.994	(1.171)	35.823	37.705	(1.379)	36.326	35.232	(1.516)	33.716
Transudeste	22.929	(740)	22.189	23.370	(854)	22.516	21.837	(941)	20.896
TOTAL	2.331.660	(78.399)	2.253.261	2.218.928	(70.427)	2.148.501	2.082.475	(69.756)	2.012.719

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos.

Abaixo tabela relativa a PA VU e PA RETRO, cujas descrições constam na NE 7.

Concessão	PA VU	Total Anual	PA RETRO		Total Anual
	2 ciclos		1 ciclos	3 ciclos	
ETAU	1.292	1.292	-	-	-
Transirapé	-	-	-	220	220
ENTE	-	-	-	(9)	(9)
EATE	-	-	-	75	75
EBTE ¹	-	-	-	162	162
ETSE ¹	-	-	871	-	871
	1.292	1.292	871	448	1.319

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original / Periodicidade	Período de Vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a TAESA e controladas em conjunto						
1	OCR x outras receitas - O&M - (RS)	ETAU	R\$19 / mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	IPCA	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial.
2	OCR x outras receitas - O&M - (SC)		R\$14 / mensal	01/12/2021 a 01/12/2026		
3	OCR x outras receitas - O&M	Aimorés / Paraguaçu	R\$24 / mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	IPCA	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
4	OCR x outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH	ETAU/ AIMORÉS	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	IGP-M	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$ 2.386, a contratante poderá requerer a revisão. Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.
5		PARAGUAÇU		10/02/2022 a 10/02/2027	IPCA	
6						
7	OCR x outras receitas - Reembolso de despesas	ETAU / AIMORÉS e PARAGUAÇU	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
Transações entre a TAESA e suas coligadas						
8	OCR x disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura (CCI)	EDTE	R\$6 / mensal	27/12/2018 até a extinção da concessão	IPCA	Não aplicável.
Transações com acionista						
9	CRCP x outras receitas - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)	CEMIG D x SGT	R\$57 / mensal	18/03/2014 até o término da concessão	IPCA, conforme atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
10	CRCP x receitas - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica ("CPST")	Grupo Taesa x CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão.	IPCA ou IGP-M, conforme atualização da RAP.	Não aplicável.

Não existe inadimplência nos saldos em aberto que necessite a constituição de PCE.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Ativo		Receita			
		30/06/2026	31/12/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Transações com controladas em conjunto							
1	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (RS)	24	24	71	90	143	180
2	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (SC)	19	18	57	73	114	161
3	Serviços de O&M - Taesa x Paraguaçu	31	31	93	78	186	189
3	Serviços de O&M - Taesa x Aimorés	31	31	93	82	185	198
4	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x ETAU	615	679	869	686	1.475	1.443
5	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Aimorés	669	749	948	741	1.613	1.577
6	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Paraguaçu	1.021	1.112	1.424	1.131	2.451	2.402
7	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	98	33	-	-	-	-
7	Reembolso de despesas Taesa x Aimorés	31	16	-	-	-	-
7	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	35	-	-	-	-	-
Transações com coligadas							
8	CCI - Taesa x EDTE	18	9	26	25	53	51
Transações entre as controladas e empresas ligadas							
9	CCT - SGT X CEMIG	-	-	341	323	683	645
10	CPST - BRAS X CEMIG	-	-	495	525	993	1.048
10	CPST - SGT X CEMIG	-	-	1.594	1.510	3.149	2.912
10	CPST - MAR X CEMIG	-	-	248	323	515	645
10	CPST - MIR X CEMIG	-	-	-	-	-	-
10	CPST - JAN X CEMIG	368	-	3.410	3.847	7.208	7.612
10	CPST - SJT X CEMIG	-	-	909	922	1.828	1.844
10	CPST - SPT X CEMIG	-	-	1.087	924	2.170	1.803
10	CPST - LNT X CEMIG	-	-	148	145	297	290
10	CPST - PTG X CEMIG	30	-	282	69	597	114
Transações entre a Taesa e Cemig							
10	CPST - TAESA X CEMIG	334	287	28.894	28.520	58.344	56.686
		3.324	2.989	40.989	40.014	82.004	79.800

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Passivos, custos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original	Período de vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada	Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não Aplicável.	Taxa de administração de 0,30% sobre o total das contribuições mensais. O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 160, de 26 de março de 2012 e publicado no Diário Oficial da União em: 27/03/2012 Edição: 60 Seção: 1 Página: 87
2	OCP x Serviços prestados - CCI	TAESA (ETEO) x CTEEP	Valor total do contrato R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	IGP-M	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal. Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da CTEEP.
3		TAESA (ATE) x CTEEP	Valor total do contrato R\$10 valor mensal	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes.		
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
4	OCP x Serviços prestados - CCI	SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	17/02/2014 até o vencimento da concessão.	IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, determinação legal, ou por mútuo acordo entre as partes.
5		MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.		
6		ANT X CTEEP	R\$8 valor mensal a partir do início da operação	01/11/2022 até a extinção da concessão de uma das partes		
7	OCP x Serviços prestados - O&M	MAR x CEMIG GT	R\$68 Valor mensal	03/03/2025 a 03/03/2030	IPCA	O presente CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: I. Por qualquer uma das PARTES, sem que a rescisão implique em multa contratual, pagamento por indenização ou qualquer outra penalidade, desde que a PARTE que optar pela rescisão notifique a outra, por escrito, com prazo de 180 dias de antecedência; II. Em decorrência do descumprimento das condições ora avençadas, e III. Na ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, assim conceituada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que venha paralisar a execução do CONTRATO por mais de 30 dias.
8	OCP x Serviços prestados - O&M	SGT x CEMIG GT	R\$66 Valor mensal	10/07/2024 a 10/07/2029	IPCA	O presente CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: I. por qualquer uma das PARTES, sem que a rescisão implique em multa contratual, pagamento por indenização ou qualquer outra penalidade, desde que a PARTE que optar pela rescisão notifique a outra, por escrito, com prazo de 180 dias de antecedência; II. em decorrência do descumprimento das condições ora avençadas, e III. na ocorrência de CASO FORTUITO ou de FORÇA MAIOR, assim conceituada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que venha paralisar a execução do CONTRATO por mais de 30 dias.
9	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas	ETAU e PARAGUAÇU	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.
Transações com acionistas						
10	OCP x Investimento – aquisição Transmineiras – Valor Adicional	CEMIG	Parcela única de R\$11.786	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Variação acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento	Conforme instrumento da reestruturação societária, poderá ser devido à CEMIG o valor máximo de R\$11.786. Valor corrigido R\$26.336.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Passivo		Custo/Despesa			
		30/06/2026	31/12/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
	Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	Previdência privada – Taesa x Forluz - despesa	-	-	207	261	558	549
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	920	918	1.919	1.749
	Transações entre as controladas, controladas em conjunto e empresas ligadas						
4	CCI - SGT x CEMIG GT	6	5	17	22	34	32
5	CCI - MARIANA x CEMIG GT	22	21	64	82	128	122
7	O&M - MARIANA x CEMIG GT	-	-	596	205	766	409
8	O&M - SGT x CEMIG GT	60	60	210	200	420	399
9	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	8	7	-	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Aimorés	3	3	-	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	19	18	-	-	-	-
	Transações entre TAESA e sua controladora						
10	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - TAESA x CEMIG	26.336	25.191	340	952	1.145	1.401
		26.454	25.305	2.354	2.640	4.970	4.661

II- Dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) a pagar e a receber

Dividendos e JCP a receber	31/12/2025	Adição ¹ (Reversão) ²	Recebimento	30/06/2026
Controladas em conjunto e coligadas				
AIMORÉS	-	6.401	(6.401)	-
PARAGUAÇU	-	14.259	(14.259)	-
ETAU	-	25.649	(15.122)	10.527
IVAÍ	58.915	-	(58.915)	-
EATE	-	47.483	(47.483)	-
EBTE	-	6.340	(6.340)	-
ECTE	1.506	-	-	1.506
ETEP	-	12.759	(12.759)	-
EDTE	2.970	2.370	(2.370)	2.970
ENTE	-	12.581	(12.581)	-
ERTE	1.770	3.292	(3.292)	1.770
TRANSLESTE	2.696	6.370	(6.370)	2.696
TRANSIRAPÉ	3.670	2.205	(2.205)	3.670
TRANSUDESTE	1.591	3.578	(3.578)	1.591
Consolidado	73.118	143.287	(191.675)	24.730
Controladas				
BRAS	-	13.381	(13.381)	-
MAR	-	7.079	(7.079)	-
JAN	-	102.656	(102.656)	-
SJT	-	29.454	(29.454)	-
SPT	-	138.026	-	138.026
LNT	-	5.507	(5.507)	-
ANT	15.696	(15.696)	-	-
PTG	2.035	19.676	(19.676)	2.035
TNG	44.971	(44.971)	-	-
Controladora	135.820	398.399	(369.428)	164.791

Dividendos a receber	31/12/2024	Adição ¹	Recebimento	31/12/2025
Controladas em conjunto e coligadas				
AIMORÉS	18.711	144.678	(163.389)	-
PARAGUAÇU	30.634	267.546	(298.180)	-
ETAU	-	37.519	(37.519)	-
IVAÍ	24.385	64.475	(29.945)	58.915
EATE	11.235	248.646	(259.881)	-
EBTE	4.287	32.471	(36.758)	-
ECTE	2.706	12.947	(14.147)	1.506
ETEP	-	16.521	(16.521)	-
EDTE	2.697	3.145	(2.872)	2.970
ENTE	-	71.836	(71.836)	-
ERTE	1.842	7.894	(7.966)	1.770
TRANSLESTE	3.550	13.822	(14.676)	2.696
TRANSIRAPÉ	4.204	3.670	(4.204)	3.670
TRANSUDESTE	2.117	7.759	(8.285)	1.591
Consolidado	106.368	932.929	(966.179)	73.118
Controladas				
BRAS	8.394	15.086	(23.480)	-
SGT	-	4.413	(4.413)	-
MAR	2.408	14.893	(17.301)	-
JAN	-	110.536	(110.536)	-
SJT	-	45.736	(45.736)	-

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos a receber	31/12/2024	Adição ¹	Recebimento	31/12/2025
SPT	16.862	14.329	(31.191)	-
LNT	1.804	9.340	(11.144)	-
ANT	-	15.696	-	15.696
PTG	-	2.035	-	2.035
TNG	-	44.971	-	44.971
Controladora	135.836	1.209.964	(1.209.980)	135.820

¹Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares e JCP. ²Reversão de dividendos aprovada na AGO de 30 de abril de 2026 da controlada.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2025			Adição		Pagamento		30/06/2026		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP ¹	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora										
ISA	34.469	18.274	52.743	38.719	28.653	(73.188)	(23.288)	-	23.639	23.639
Cemig	50.212	26.620	76.832	56.406	41.742	(106.618)	(33.925)	-	34.437	34.437
Não Controladores	147.149	78.593	225.742	165.101	122.179	(312.061)	(97.925)	189	102.847	103.036
	231.830	123.487	355.317	260.226	192.574	(491.867)	(155.138)	189	160.923	161.112

¹Desconsidera o valor de R\$21.041 a título de retenção do IRRF sobre os JCP aprovados em 11 de novembro de 2025 e pago em 28 de janeiro de 2026.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2024			Adição		Pagamento		31/12/2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP ¹	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora										
ISA	58.654	17.426	76.080	46.268	82.265	(70.453)	(81.417)	34.469	18.274	52.743
Cemig	85.445	25.384	110.829	67.401	119.842	(102.634)	(118.606)	50.212	26.620	76.832
Não Controladores	250.169	74.887	325.056	197.287	350.782	(300.307)	(347.076)	147.149	78.593	225.742
	394.268	117.697	511.965	310.956	552.889	(473.394)	(547.099)	231.830	123.487	355.317

¹Considera o valor de R\$21.041 a título de retenção do IRRF sobre os JCP aprovados em 11 de novembro de 2025 e pago em 28 de janeiro de 2026. Além disso, desconsidera o valor de R\$20.666 pago em 2024 a título de retenção do IRRF sobre os JCP deliberado em 6 de novembro de 2024 e pago em 29 de janeiro de 2025.

Aprovação de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Valor aprovado	Data de pagamento	Valor por ação ON e PN
JCP	2025	11/11/2025	CA	144.485	28/01/2026	0,13980241117
	2026	06/05/2026	CA	192.574	26/08/2026	0,18633271466
				337.059		
Dividendos intercalares	2025	11/11/2025	CA	178.779	28/01/2026	0,17298440438
				178.779		
Dividendos adicionais	2025	29/04/2026	AGO	260.226	27/05/2026	0,25179137882
				260.226		
Dividendos mínimos obrigatórios	2025	29/04/2026	AGO	52.876	27/05/2026	0,05116204939
				52.876		

Os dividendos intercalares e os JCP declarados foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202º da Lei das Sociedades por Ações.

III – Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal – Classificadas no Resultado – despesa de pessoal.

Proporção da remuneração total	30/06/2026		30/06/2025	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária ¹	57%	43%	53%	47%

¹Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados, cessação do cargo e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Média de membros remunerados durante o período ¹	10	10	5	5	5	5
Remuneração fixa²	1.099	1.534	2.537	4.793	241	453
Salário ou pró-labore	948	1.346	1.891	3.461	201	378
Benefícios diretos e indiretos	-	-	268	516	-	-
Encargos	151	188	378	816	40	75
Remuneração variável	-	-	1.994	4.259	-	-
Participação nos resultados	-	-	1.994	3.545	-	-
Indenização	-	-	-	714	-	-
Valor total da remuneração	1.099	1.534	4.531	9.052	241	453

¹Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abdicaram da remuneração. ²O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Número de membros efetivos	13	13	5	5	5	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	38	27	433	410	17	15
Menor remuneração individual no período (mensal)	20	17	252	244	16	15
Remuneração individual média no período (mensal) ¹	26	26	302	312	18	15

¹O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

14. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços – Passivo Circulante ¹	200.594	287.459	104.699	160.998

¹A redução da conta de fornecedores refere-se, principalmente, ao avanço das entregas de projetos.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1. Empréstimos e financiamentos

Financiador	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais	30/06/2026				31/12/2025			
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimen- to final		Custo a apro- priar	Principal	Juros	Total	Custo a apro- priar	Principal	Juros	Total
Moeda nacional-R\$ ¹														
BNB - FNE	LNT	27/04/2018	CCB- FNE	62.749	15/05/2038	Taxa de fundos constitucionais (TFC) a.m. pro- rata	(3.062)	43.115	1.826	41.879	(3.279)	44.931	1.693	43.345
Consolidado							(3.062)	43.115	1.826	41.879	(3.279)	44.931	1.693	43.345
Circulante										4.932				4.819
Não circulante										36.947				38.526

¹Empréstimo mensurado ao custo amortizado.

Movimentação dos empréstimos	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	43.345	485.302	-	438.654
(+) Juros e variação cambial	2.210	(40.250)	-	(43.808)
(-) Ajuste ao valor justo	-	1.861	-	1.861
(-) Amortização de principal	(2.213)	(379.234)	-	(375.602)
(-) Juros pagos	(1.463)	(24.334)	-	(21.105)
Saldo final	41.879	43.345	-	-

Parcelas vencíveis por indexador							
Indexador	Circulante	Não circulante				Subtotal	Total
		2027	2028	2029	Após 2029		
IPCA	5.458	1.816	3.632	3.631	30.404	39.483	44.941
(-) Custo a amortizar	(526)	(226)	(421)	(378)	(1.511)	(2.536)	(3.062)
	4.932	1.590	3.211	3.253	28.893	36.947	41.879

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros) durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2025, data da última medição requerida, todos os "covenants" não financeiros foram cumpridos.



Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.2. Debêntures

Banco	Emissão	Série	Quantidade	Pagamento s Juros a cada ano	Remuneração	Amortização		Emissão/ Vencimento	30/06/2026				31/12/2025				
						Periodicidade	1º Venc.		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	
Moeda nacional																	
Santander-ABC-BB	6ª	1ª	850.000	15/05 e 15/11	108% do CDI	Bullet	15/05/2026	15/05/2019 15/05/2026	-	-	-	-	(6.185)	850.000	15.315	859.130	
Santander/ABC/BB	6ª	2ª	210.000	15/05 e 15/11	IPCA + 5,50%	Semestral	15/05/2023	15/05/2019 15/05/2044	(11.708)	303.117	2.003	293.412	(6.185)	293.537	1.877	289.229	
BTG/Santander/XP Investimentos	7ª	única	508.960	15/03 e 15/09	IPCA + 4,50%	Semestral	15/09/2025	15/09/2019 15/09/2044	(17.875)	902.631	11.423	896.179	(18.865)	890.096	11.737	882.968	
Santander	8ª	única	300.000	15/06 e 15/12	IPCA +4,7742%	Semestral	15/12/2022	15/12/2019 15/12/2039	(10.850)	382.710	780	372.640	(11.666)	382.459	779	371.572	
Santander	10ª	1ª	650.000	15/11 e 15/05	CDI + 1,70%	Bullet	15/05/2028	15/05/2021 15/05/2028	(2.786)	351.455	6.582	355.251	(3.022)	351.455	6.577	355.010	
Santander	10ª	2ª	100.000	15/11 e 15/05	IPCA + 4,7605%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/05/2034	15/05/2021 15/05/2036	(2.786)	134.273	770	132.257	(3.022)	129.700	720	127.398	
Santander-Itaú- BTG-Bradesco-BB	11ª	2ª	650.000	15/07 e 15/01	CDI + 1,36%	Anual nos 3º, 4º e 5º anos	15/01/2025	15/01/2022 15/01/2027	(50)	216.667	14.947	231.564	(162)	433.334	32.335	465.507	
Santander-Itaú- XP-BB	12ª	1ª	630.783	15/10 e 15/04	IPCA + 5,60%	Bullet	15/04/2029	15/04/2022 15/01/2029	(9.892)	758.901	8.415	757.424	(10.616)	731.527	8.431	729.342	
Santander-Itaú- XP-BB	12ª	2ª	300.410	15/10 e 15/04	IPCA + 5,75%	Anual nos 8º, 9º e 10º anos	15/04/2030	15/04/2022 15/01/2032	(9.892)	361.426	4.113	355.647	(10.616)	348.389	4.121	341.894	
Santander-Itaú- XP-BB	12ª	3ª	318.807	15/10 e 15/04	IPCA + 5,85%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/04/2030	15/04/2022 15/01/2037	(9.892)	383.560	4.439	378.107	(10.616)	369.724	4.447	363.555	
Santander-Itaú-XP - Safra	14ª	1ª	327.835	15/03 e 15/09	IPCA + 5,8741%	Bullet	15/09/2033	15/09/2023 15/09/2033	(10.149)	375.467	6.174	371.492	(10.669)	361.924	6.201	357.456	
Santander-Itaú-XP - Safra	14ª	2ª	86.261	15/03 e 15/09	IPCA + 6,0653%	Bullet	15/09/2035	15/09/2023 15/09/2035	(10.149)	98.794	1.676	90.321	(10.669)	95.231	1.684	86.246	
Santander-Itaú-XP -Safra	14ª	3ª	385.904	15/03 e 15/09	IPCA + 6,2709%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/09/2036	15/09/2023 15/09/2038	(10.149)	441.973	7.748	439.572	(10.669)	426.031	7.782	423.144	
XP	15ª	1ª	1.000.000	15/03 e 15/09	CDI + 0,63%	Bullet	15/03/2029	15/03/2024 15/03/2029	(5.547)	1.000.000	41.286	1.035.739	(6.075)	1.000.000	44.153	1.038.078	
XP	15ª	2ª	300.000	15/03 e 15/09	IGPM + 5,8438%	Anual nos 13º, 14º e 15º anos	15/03/2034	15/03/2024 15/03/2034	(5.547)	332.451	5.439	332.343	(6.075)	319.474	5.446	318.845	
Bradesco	16ª	única	400.000	15/03 e 15/09	CDI + 0,55%	Bullet	15/09/2030	15/09/2024 15/09/2031	(867)	400.000	16.420	415.553	(958)	400.000	17.562	416.604	
Santander-UBS BBBV	17ª	única	650.000	15/01 e 15/06	IPCA + 7,169%¹	Anual - três parcelas sucessivas	15/01/2038	15/01/2025 15/01/2040	(25.751)	700.359	53.986	728.594	(26.775)	676.821	36.606	686.652	
Itaú	18ª	1ª	400.000	15/07 e 15/01 a partir de 07/2028	IPCA + 7,1499%²	Anual - duas parcelas sucessivas	15/07/2031	30/07/2025 15/07/2032	(9.312)	418.586	14.730	424.004	(9.969)	403.488	13.292	406.811	
Itaú	18ª	2ª	400.000	15/07 e 15/01 a partir de 07/2028	IPCA + 7,0564%²	Anual - três parcelas sucessivas	15/07/2033	30/07/2025 15/07/2035	(9.312)	418.586	12.195	421.469	(9.969)	403.488	13.645	407.164	
Btg	19ª	única	329.450	15/04 e 15/10	CDI + 0,60	Anual nos 6º e 7º anos	15/10/2031	15/04/2026 15/10/2032	(8.425)	329.450	8.551	329.576	(9.127)	329.450	8.052	328.375	
Itaú	20ª	única	600.000	15/12 a partir de 12/2037	IPCA + 6,4712%	Anual -quatro parcelas sucessivas	15/12/2037	30/07/2025 17/12/2040	(25.479)	622.745	20.474	617.740	(26.435)	600.411	1.197	575.173	
Bradesco	21ª	1ª	400.000	15/03 e 15/09 a partir de 09/2026	CDI + 0,60	Anual nos 6º e 7º anos	15/03/2032	15/03/2026 15/03/2033	(1.074)	400.000	14.492	413.418	-	-	-	-	



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Banco	Emissão	Série	Quantidade	Pagamento s Juros a cada ano	Remuneração	Amortização		Emissão/ Vencimento	30/06/2026				31/12/2025			
						Periodicidade	1º Venc.		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Bradesco	21ª	2ª	400.000	15/03 e 15/09 a partir de 09/2026	IPCA + 6,4712%	Anual nos 8º, 9º e 10º anos	15/03/2034	15/03/2026 15/03/2036	(1.074)	400.000	14.638	413.564	-	-	-	-
Controladora									(198.566)	9.733.151	271.281	9.805.866	(208.345)	9.796.539	241.959	9.830.153
Circulante												152.913				1.287.195
Não circulante												9.652.953				8.542.958
Moeda nacional																
BTG-Santander-XP - JAN	1ª	1ª	224.000	15/01 e 15/07	IPCA + 4,5%	Semestral	17/01/2022	15/01/2019 15/07/2033	(3.571)	231.717	4.578	232.724	(4.090)	234.694	4.929	235.533
Itaú - BTG - JAN	2ª	única	575.000	15/06 e 15/12	IPCA + 4,8295%	Semestral	15/12/2022	15/12/2019 15/12/2044	(21.724)	896.508	1.847	876.631	(22.911)	885.883	1.825	864.797
Consolidado									(223.861)	10.861.376	277.706	10.915.221	(235.346)	10.917.116	248.713	10.930.483
Circulante												180.182				1.335.523
Não circulante												10.735.039				9.594.960

¹Derivativo contratado como instrumento de proteção no montante de R\$650.000 referente à 17ª emissão de debêntures série única, foi contratado swap que troca o risco do IPCA+7,1690% a.a. pelo CDI - 0,8400%. a.a. mensurado a valor justo (hedge accounting de valor justo). ²Os derivativos contratados como instrumentos de proteção no montante de R\$800.00 referente à 1ª e 2ª série da 18ª emissão de debêntures, foram swap's que trocam o risco da 1ª série IPCA+7,1499% a.a. pelo CDI -0,7306%. a.a. e a 2ª série IPCA+7,0564% a.a. pelo CDI -0,7862%. a.a. ambos os swap's mensurados a valor justo (hedge accounting de valor justo).

Notas Explicativas
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação das debêntures	Consolidado		Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	10.930.483	9.313.157	9.830.153	8.224.821
(+) Novas emissões	800.000	2.379.545	800.000	2.379.545
(+) Juros e variação monetária incorridos	741.567	1.131.733	675.798	1.030.130
(-) Pagamento de principal	(1.132.883)	(1.056.528)	(1.100.924)	(1.016.869)
(-) Pagamento de juros	(395.713)	(768.865)	(369.205)	(715.317)
(-) Custo de transação (novas emissões)	(2.207)	(86.226)	(2.224)	(86.226)
(+/-) Ajuste ao valor justo	(39.734)	(6.278)	(39.734)	(6.278)
(+) Amortização do custo de emissão	13.708	23.945	12.002	20.347
Saldo final	10.915.221	10.930.483	9.805.866	9.830.153

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2027	2028	2029	Após 2029	Subtotal	
CDI	87.786	216.667	351.455	1.000.000	3.177.022	4.745.144	4.832.930
IPCA	114.042	81.928	126.193	889.985	4.756.115	5.854.221	5.968.263
IGPM	5.438	-	-	-	332.451	332.451	337.889
(-) Custos de emissão a amortizar	(27.084)	(13.193)	(26.090)	(25.152)	(132.342)	(196.777)	(223.861)
	180.182	285.402	451.558	1.864.833	8.133.246	10.735.039	10.915.221

As debêntures são simples, não conversíveis em ações.

Os contratos das 6ª, 7ª, 8ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª e 21ª emissões de debêntures da Taesa e das 1ª e 2ª emissões de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros).

A 2ª emissão de debêntures de Janaúba, possui cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras de vencimento antecipado, cuja cláusula restritiva é a geração de caixa da atividade/serviço da dívida (calculado com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas), com índice requerido igual ou maior que 1,2.

A 2ª Série das 6ª e a 8ª emissões de debêntures da Taesa, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" não financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do valor nominal atualizado acrescido do valor da próxima parcela da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2025, data da última medição requerida dos "covenants" financeiros, todos os "covenants" financeiros foram cumpridos.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1ª série da 6ª emissão (liquidada em maio/2026) e às 1ª e 2ª séries das 18ª e 17ª emissões de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na NE 19.

16. PROVISÕES PARA RISCOS JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação das provisões	31/12/2025	Adições	Atualizações monetárias	Pagamento	Servidões¹	30/06/2026
Trabalhistas	6.130	1.895	1.251	(440)	-	8.836
Tributárias	18.500	560	(3.891)	-	-	15.169
Cíveis	40.060	685	2.818	(1.450)	-	42.113
Controladora	64.690	3.140	178	(1.890)	-	66.118
Trabalhistas	857	65	35	-	-	957
Tributárias	3.331	-	49	-	-	3.380
Cíveis	119.038	2.136	8.807	(1.459)	108	128.630
Consolidado	187.916	5.341	9.069	(3.349)	108	199.085

Mutação das provisões	31/12/2024	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Pagamento	Servidões¹	31/12/2025
Trabalhistas	4.116	2.524	(35)	574	(1.049)	-	6.130
Tributárias	17.629	214	(100)	757	-	-	18.500
Cíveis	33.015	3.191	-	6.211	(2.357)	-	40.060
Controladora	54.760	5.929	(135)	7.542	(3.406)	-	64.690
Trabalhistas	570	269	-	100	(82)	-	857
Tributárias	2.935	352	-	44	-	-	3.331
Cíveis	112.139	5.017	-	5.853	(8.183)	4.212	119.038
Consolidado	170.404	11.567	(135)	13.539	(11.671)	4.212	187.916

¹ Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão.

16.1. Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2026, os depósitos judiciais relacionados aos processos judiciais e administrativos provisionados possuíam valores atualizados de R\$21.988 na controladora (R\$22.256 em 31 de dezembro de 2025) e R\$128.543 no consolidado (R\$108.353 em 31 de dezembro de 2025). Os saldos referem-se às ações cíveis, trabalhistas e tributárias envolvendo, respectivamente, discussões de servidão administrativa, terceirização, horas extras, reclamações trabalhistas, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes às compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) não homologadas pela RFB.

Mutação dos depósitos judiciais	31/12/2025	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Pagamentos	30/06/2026
Trabalhistas	3.828	-	(3)	100	(31)	3.894
Tributárias	37.813	-	-	1.704	(1.024)	38.493
Cíveis	10.384	-	(1.212)	160	-	9.332
Controladora	52.025	-	(1.215)	1.964	(1.055)	51.719
Trabalhistas	111	-	-	3	(36)	78
Tributárias	352	-	-	-	-	352
Cíveis	90.178	148	(1.558)	2.563	(335)	90.996
Consolidado	142.666	148	(2.773)	4.530	(1.426)	143.145

Mutação dos depósitos judiciais	31/12/2024	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Pagamentos	31/12/2025
Trabalhistas	4.222	262	(570)	33	(119)	3.828
Tributárias	37.260	-	(423)	9.688	(8.712)	37.813
Cíveis	11.855	281	(1.557)	(155)	(40)	10.384
Controladora	53.337	543	(2.550)	9.566	(8.871)	52.025
Trabalhistas	194	19	(105)	3	-	111
Tributárias	-	352	-	-	-	352
Cíveis	89.985	8.921	(6.565)	621	(2.784)	90.178
Consolidado	143.516	9.835	(9.220)	10.190	(11.655)	142.666

16.2. Passivos contingentes

	30/06/2026				31/12/2025			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesá	18.304	1.478.442	143.322	1.640.068	13.289	1.431.176	251.543	1.696.008
BRAS	-	9.387	-	9.387	-	8.990	56	9.046
MAR	239	241	1	481	231	214	1	446
JAN	438	5.030	-	5.468	422	4.742	90	5.254
SPT	-	805	2.926	3.731	-	758	2.823	3.581
SJT	-	1.234	2.328	3.562	-	1.239	2.423	3.662
	18.981	1.495.139	148.577	1.662.697	13.942	1.447.119	256.936	1.717.997

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários por meio de execuções fiscais e manifestações de inconformidade, e a riscos cíveis por meio de ações anulatórias e procedimentos de arbitragem. São elas:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Taesa-TSN - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS, IRPJ e CSLL, no montante atualizado de R\$18.427 em 30 de junho de 2026 (R\$19.070 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-NVT - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$8.587 em 30 de junho de 2026 (R\$8.695 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-ETEO - Processo referente a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO, relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, no valor atualizado de R\$150.230 em 30 de junho de 2026 (R\$144.209 em 31 de dezembro de 2025). Em 14 de agosto 2024, foi dado provimento ao Recurso Voluntário para cancelamento da autuação. Foram apresentados Embargos de Declaração pela Fazenda Nacional, que foram negados. Aguarda-se a interposição de Recurso Especial pela Fazenda Nacional.

Taesa-NTE - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$9.108 em 30 de junho de 2026 (R\$9.458 em 31 de dezembro de 2025).

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$9.184 em 30 de junho de 2026 (R\$9.517 em 31 de dezembro de 2025), originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CSRF e IRRF totalizando o valor atualizado de R\$14.401 em 30 de junho de 2026 (R\$14.290 em 31 de dezembro de 2024), relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE II - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$ 2.105 em 30 de junho de 2026 (R\$2.467 em 31 de dezembro de 2025), sendo R\$1.648 relativo a processo originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE III - Processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor atualizado de R\$25.229 em 30 de junho de 2026 (R\$23.416 em 31 de dezembro de 2025).

Brasnorte - (i) Execução fiscal relativa à discussão quanto a exigência de ICMS no Estado do Mato Grosso, totalizando o valor atualizado de R\$4.471 em 30 de junho de 2026 (R\$4.706 em 31 de dezembro de 2025). (ii) Ação Anulatória de Débito Fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 30 de junho 2026, o valor atualizado era de R\$4.911 (R\$4.280 em 31 de dezembro 2025).

Ágio Atlântico/Alterosa - A Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014/2015; 2016 e 2017/2018. A Companhia apresentou as informações requeridas pelo Auditor Tributário. A Taesa foi intimada dos Termos de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; de 2016; e dos anos de 2017/2018, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNA por CEMIG e FIP. A Companhia recebeu os

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Termos de Encerramento relativo aos procedimentos fiscais em andamento, cujo resultado culminou na lavratura dos autos de infração no valor atualizado de R\$233.042 em 30 de junho de 2026 (R\$220.508 em 31 de dezembro de 2025) para os anos calendários 2014/2015; no valor atualizado de R\$142.823 em 30 de junho de 2026 (R\$135.015 em 31 de dezembro de 2025) para o ano calendário de 2016 e R\$215.961 em 30 de junho de 2026 (R\$184.401 em 31 de dezembro de 2025) para os anos calendários de 2017 e 2018. A Companhia apresentou impugnação contra os autos de infração referentes aos anos calendários 2014/2015 e 2016, as quais foram negadas pela Delegacia da Receita Federal. A Companhia apresentou Recurso Voluntário contra as decisões. A Companhia apresentou impugnação contra o auto de infração dos anos calendários 2017/2018. A Companhia foi intimada da decisão desfavorável emitida pela Delegacia da Receita Federal em 19/06/2023. Em 18 de julho de 2023 foi interposto Recurso Voluntário. Em julgamento ocorrido em 09 outubro de 2024, foi determinada realização de diligência nos casos dos anos calendários 2014/2015 e 2016 para apresentação de documentos, pendente de início. Em 23 de setembro de 2025, foi proferido acórdão pelo CARF dando provimento ao Recurso Voluntário para cancelar o Auto de Infração dos anos calendários 2017/2018, aguarda-se o julgamento de recurso por parte da Fazenda Nacional.

PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019, a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$282.688 em 30 de junho de 2026 (R\$267.519 em 31 de dezembro de 2025), decorrente do encerramento do procedimento fiscal, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 26 de novembro de 2024, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24 de março de 2025, interposto Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais para o qual aguarda-se julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019, a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$228.978 em 30 de junho de 2026 (R\$216.662 em 31 de dezembro de 2025) decorrente do encerramento do procedimento fiscal, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 26 de novembro de 2024, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. Em 24 de março de 2025, interposto Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais para o qual aguarda-se julgamento.

Arbitragem CMT - Taesa - A controvérsia gira em torno de Requerimentos de Instauração de Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), realizados pelo Consórcio Minas Transmissão e demais Consorciadas, alegando que teria havido "aceitação tácita" do MOU e da consequente cláusula compromissória nele inserida para contratação de seus serviços relativos aos Lotes 17 e 4, do Leilão ANEEL n.º 13/2015. Em 30 de junho de 2026, os valores das causas indicados são, respectivamente, R\$ e R\$208.778 e R\$71.091. Foi proferida Sentença favorável de mérito, na Arbitragem 71 que: (i) não reconheceu a existência de relação jurídico-obrigacional entre as partes, (ii) julgou

Notas Explicativas
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

improcedente o pedido do CMT de indenização da TAESA; e (iii) julgou procedente tão somente o pedido de condenação da TAESA ao pagamento de indenização correspondente aos gastos pré-Leilão e pós-Leilão. Em 30 de junho de 2026, aguarda-se o início de realização de prova pericial para apurar o valor de tais gastos pré-leilão na arbitragem 71. Aguarda-se o julgamento da arbitragem 72, a qual no momento encontra-se suspensa por decisão judicial.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para a integralização do capital social houve custos com emissão de ações no montante de R\$25.500.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG ¹	218.370.005	36,97	5.646.184	1,28	224.016.189	21,68	215.546.907	58,36
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	41,64
Free Float	218.568.274	37,00	437.136.468	98,72	655.704.742	63,44	-	-
	590.714.069	100,00	442.782.652	100,00	1.033.496.721	100,00	369.322.697	100,00

¹Existem 6 ações ordinárias e 2.823.092 Units que não pertencem ao bloco de controle. A Unit (TAEE11) é um certificado de depósito de ações, composto por 3 ações, sendo 1 (uma) ordinária (TAEE3) e 2 (duas) preferenciais (TAEE4).

Reserva legal – Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. A Companhia deixou de

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

constituir a reserva legal no exercício, visto que, o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, excede 30% do capital social, conforme artigo 193 parágrafo §1 da referida lei.

Reserva de incentivo fiscal – Reserva de incentivo fiscal - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE no montante acumulado na reserva em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 347.927. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação anualmente, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

Reserva especial de ágio – Com base no disposto na Resolução CVM nº 78/2022, em dezembro de 2009, foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O percentual anual de utilização do benefício fiscal foi definido pelo estudo da curva de amortização do ágio, baseado nos lucros projetados de cada concessão. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até 30 de junho de 2026 foi de R\$426.740 (R\$413.462 até 31 de dezembro de 2025).

Reserva de lucros a realizar – Reserva constituída com base na parcela não realizada do lucro distribuível.

Outros resultados abrangentes – As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu uma perda no montante de R\$9.178 (R\$6.057, líquido de impostos) e em 30 de junho de 2025, reconheceu uma perda no montante de R\$5.752 (R\$3.796, líquido de impostos).

Remuneração dos acionistas – O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar JCP, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os JCP são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos JCP fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos JCP, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)
18.COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco ¹	Prêmio
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	ZURICH	19/09/2025 a 18/09/2026	80.000	-	67
Responsabilidade civil geral	Chubb	19/11/2025 a 19/11/2026	20.000	-	64
Veículos ²	Tokio Marine	05/03/2026 a 05/03/2027	100% Tabela FIPE	-	373
Risco Cibernético	Tokio Marine Zurich	09/12/2025 a 09/12/2026	20.000	-	487
		09/12/2025 a 08/12/2026	40.000	-	864
Riscos Diversos - Cesta Aérea	FAIRFAX	09/10/2025 a 08/10/2026	1.140	1.140	7
Seguro Aeronáutico RETA	Mapfre	14/07/2026 a 13/07/2027	779	-	13
Seguro Aeronáutico CASCO	ESSOR	30/04/2026 a 30/04/2027	542	-	35
Risco operacional	FAIRFAX	19/04/2025 a 18/10/2026	74.000	1.294.159	3.479
	FAIRFAX	30/07/2026 a 18/10/2026	80.921	80.921	208
	CHUBB	29/09/2025 a 26/09/2026	106.475	106.475	27

¹Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado. ²A apólice contempla todos os veículos operacionais e parte dos veículos administrativos.

Seguro garantia de fiel cumprimento

As concessões ANT, TNG, SIT e JUTR, possuem seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas nos contratos de concessões, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descritas nos referidos contratos.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor segurado
ANT	002/2021	Junto Seguros S.A.	05/01/2022 à 01/07/2027	87.503
TNG	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	55.854
SIT	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	14.691
JUTR	002/2024	BMG Seguros S.A	12/12/2024 a 20/09/2028	18.300

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**19.1. Categorias e hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 – “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 30 de junho de 2026.

	NE	Categoria de instrumentos financeiro	Hierarquia do valor justo	Consolidado		Controladora	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros							
- Títulos e valores mobiliários	6	VJR	Nível 2	377.975	583.935	188.739	417.623
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	5	VJR	Nível 2	205.923	739.340	164.085	680.869
- Instrumentos financeiros derivativos	19	VJR	Nível 2	5.622	3.953	1.145	2.617
- Caixa e Bancos	5	Custo amortizado	-	2.436	2.256	521	629
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	Custo amortizado	-	308.655	284.838	235.730	227.834
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	-	Custo amortizado	-	2.279	2.279	-	-
				902.890	1.616.601	590.220	1.329.572
Passivos financeiros							
- Fornecedores	14	Custo amortizado	-	200.594	287.459	104.699	160.998

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	NE	Categoria de instrumentos financeiro	Hierarquia do valor justo	Consolidado		Controladora	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
- Empréstimos e financiamentos	15.1	Custo amortizado	-	41.879	43.345	-	-
- Debêntures	15.2	Custo amortizado	-	10.915.221	10.930.483	9.805.866	9.830.153
- Instrumentos financeiros derivativos	19	VJORA	-	57.551	179.282	57.551	179.282
- Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	-	795	614	795	614
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	-	Custo amortizado	-	89.416	86.504	67.346	66.486
				11.305.456	11.527.687	10.036.257	10.237.533

19.1.1. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Hierarquia do valor justo	30/06/2026		31/12/2025	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Debêntures - Passivos financeiros	Nível 2	10.915.221	10.056.864	10.930.483	10.448.928
Controladora					
Debêntures - Passivos financeiros	Nível 2	9.805.866	9.153.623	9.830.153	9.467.164

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

19.2. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de Hedge accounting
(i) Derivativos não designados como instrumentos de hedge
Aquisição de equipamentos no exterior

Com objetivo de proteção de caixa, a Companhia contratou, operações de Non-Deliverable Forwards (NDF), para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos realizados em moeda estrangeira com seus fornecedores, conforme tabela abaixo:

Concessão	Montante	Moeda	Vencimento
SIT	SEK 269.606	Coroa sueca	2025 e 2026
JUTR	USD 5.834	Dólar	2025 e 2027

(ii) Derivativos designados como instrumentos de hedge – Hedges de fluxo de caixa
Debêntures

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA (taxa de atualização das concessões) mais taxas prefixadas.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O único instrumento protege ambos os riscos. Assim, o efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrado abaixo:

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes 30/06/2026
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 108% do CDI Concessão de ativos indexada ao IPCA	Swaps	50.000	IPCA + 3,94%	15/05/2026	(1.648)
			50.000	IPCA + 3,91%	15/05/2026	(778)
			100.000	IPCA + 4,00%	15/05/2026	(1.638)
			50.000	IPCA + 3,53%	15/05/2026	(1.731)
			50.000	IPCA + 3,66%	15/05/2026	(1.754)
			100.000	IPCA + 3,99%	15/05/2026	(1.629)
Controladora e Consolidado						(9.178)

(iii) Derivativos designados como instrumentos de hedge – Hedges de valor justo

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de valor justo, derivativos no montante de R\$800.000 referente à 1ª e 2ª série, ambas no valor de R\$ 400.000, da 18ª emissão de debêntures, foram swaps que trocam o risco da 1ª série IPCA+7,1499% a.a. pelo CDI -0,7306% a.a. e a 2ª série IPCA+7,0564% a.a. pelo CDI -0,7862% a.a. e na 17ª emissão de debêntures série única o montante de R\$ 707.250 que também foi objeto de swap que troca o risco de IPCA +7,1690% pelo CDI - 0,84%, todos os swaps mensurados a valor justo. Para mensurar a parcela inefetiva das relações de hedge, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

As fontes de inefetividade de hedge que podem afetar a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia são: (i) modificação no item coberto; e (ii) uma alteração relevante no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos swaps designados.

Item	Nacional (R\$)	Saldo em 30/06/2026	
		Valor contábil	Valor justo
Swap 18ª Emissão - 1ª Série	400.000	45.818	(12.503)
Swap 18ª Emissão - 2ª Série	400.000	45.463	(14.683)
Swap 17ª Emissão	707.205	65.968	(18.828)

(iv) Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

Os efeitos dos instrumentos financeiros na demonstração do resultado são demonstrados abaixo:

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2025	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	30/06/2026
Contrato de SWAP (Santander) - 6ª emissão	56.938	876	-	3.383	(61.197)	-
Contrato de SWAP (BR Partners) - 6ª emissão	58.383	570	-	2.415	(61.368)	-
Contrato de SWAP (Itaú) - 6ª emissão	18.399	305	-	1.649	(20.353)	-
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) - 6ª emissão	18.213	206	-	1.731	(20.150)	-
Contrato de SWAP (XP) - 17ª emissão	14.957	(3.735)	9.512	-	-	20.734
Contrato de SWAP (Santander) - 18ª emissão	12.389	(5.609)	30.037	-	-	36.817
Contrato NDF Saíra	(2.614)	1.988	-	-	(519)	(1.145)
Controladora	176.665	(5.399)	39.549	9.178	(163.587)	56.406
Total do ativo	(2.617)					(1.145)
Total do passivo	179.282					57.551
Contrato NDF Juruá	(1.336)	(3.141)	-	-	-	(4.477)
Consolidado	175.329	(8.540)	39.549	9.178	(163.587)	51.929
Total do ativo	(3.953)					(5.622)
Total do passivo	179.282					57.551

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2024	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado) (Reapresentado)	Ajuste ao valor justo (ORA) (Reapresentado)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2025 (Reapresentado)
Contrato de SWAP (Citibank 4131)	(65.449)	82.325	(1.861)	-	(15.015)	-
Contrato de SWAP (Santander) - 6ª emissão	34.243	(17.761)	26.716	-	13.740	56.938
Contrato de SWAP (BR Partners) - 6ª emissão	36.513	(18.899)	-	27.210	13.559	58.383
Contrato de SWAP (Itaú) - 6ª emissão	12.021	(6.257)	-	8.094	4.541	18.399
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) - 6ª emissão	12.352	(7.417)	-	8.494	4.784	18.213
Contrato de SWAP (XP) - 17ª emissão	-	5.826	9.131	-	-	14.957
Contrato de SWAP (Santander) - 18ª emissão	-	15.241	(2.852)	-	-	12.389
Contrato NDF Saíra	(9.385)	573	-	-	6.198	(2.614)
Controladora	20.295	53.631	31.134	43.798	27.807	176.665
Total do ativo	(74.834)					(2.617)
Total do passivo	95.129					179.282
Contrato NDF Juruá	(4.520)	3.302	-	-	(118)	(1.336)
Consolidado	15.775	56.933	31.134	43.798	27.689	175.329
Total do ativo	(79.354)					(3.953)
Total do passivo	95.129					179.282

19.3 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 30/06/2026 anualizado
CDI ¹	13,75%	17,19%	20,63%	14,53%
IPCA ¹	5,30%	6,63%	7,95%	3,36%
PTAX	5,20	6,5000	7,8000	5,1766
Sek	0,5360	0,6700	0,8040	0,5336
IGPM	4,54%	5,68%	6,81%	3,28%

¹Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 31 de julho de 2026.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 30/06/2026	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a junho de 2026 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
<i>Consolidado</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	583.898	(2.059)	6.963	15.850
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	4.832.930	16.898	(57.127)	(130.032)
- IPCA	6.013.204	(54.793)	(91.916)	(128.799)
- IGPM	337.889	(2.004)	(3.798)	(5.583)
		(41.958)	(145.878)	(248.564)
Sem proteção				
<i>Controladora</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	352.824	(1.244)	4.207	9.577
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	4.832.930	16.898	(57.127)	(130.032)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 30/06/2026	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a junho de 2026 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
- IPCA	4.833.613	(44.045)	(73.885)	(103.533)
- IGPM	337.889	(2.004)	(3.798)	(5.583)
		(30.395)	(130.603)	(229.571)
Com proteção				
Controladora e Consolidado				
Passivos financeiros				
Debêntures				
- IPCA	1.664.455	15.167	25.442	35.651
Derivativos				
Ponta ativa - IPCA	(1.664.455)	(15.167)	(25.442)	(35.651)
Ponta passiva - CDI	1.675.992	5.860	(19.811)	(45.093)
NDF - Moeda Sek	(1.145)	3	156	310
NDF - Moeda Dólar	(4.477)	21	1.146	2.270
Efeito líquido total Controladora e Consolidado		5.884	(18.509)	(42.513)

19.4 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo *Enterprise Risk Management* (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas visam identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros para fins especulativos.

19.4.1. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

19.4.2. Risco de mercado
19.4.2.1 Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 26 de setembro de 2025, a Companhia liquidou sua dívida atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sofr. A Companhia liquidou ambos os instrumentos na mesma data.

19.4.2.2. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas nos termos dos contratos de concessão e da regulamentação vigente, é atualizada anualmente por índices de inflação. A RAP é reajustada através de resolução homologatória, após aprovação pela Diretoria Colegiada da ANEEL, cuja

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

vigência é compreendida pelo período de 1º de julho de um ano até 30 de junho do ano subsequente. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas e, com isso, incorrerem em possíveis impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os cronogramas de pagamentos de suas obrigações e as suas gerações de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e de suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual elas administram e mensuram esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis CDI por taxa de juros variável IPCA (6ª Emissão de debêntures da TAESA) e os valores das taxas de juros variáveis IPCA por taxa de juros variável CDI (17ª e 18ª Emissões de debêntures da TAESA), calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem alinhar o fluxo de caixa das obrigações da debênture com o fluxo de caixa das concessões, ambas objeto da relação de hedge. Em 30 de junho de 2026, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 56,48% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada. A dívida da Companhia está segregada por indexador nas NEs 15.1 – Empréstimos e Financiamentos e 15.2 – Debêntures e as concessões estão segregadas na NE 8.

19.5 Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração analisa caso a caso a necessidade de contabilização de provisão para perdas, baixas efetivas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Casos judicializados são acompanhados e avaliados para que sejam atribuídas as devidas classificações.

19.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas) notadamente relacionados a empréstimos e financiamentos, debêntures inclusive os instrumentos financeiros derivativos atrelados, uma vez que os demais passivos financeiros não derivativos, como fornecedores e outros passivos financeiros, tem vencimento inferior a 12 meses, conforme apresentado no balanço patrimonial; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data do vencimento contratual original em que

Notas Explicativas
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	16.470	298.359	639.180	1.224.017	2.792.046	1.832.906	7.102.448	13.905.426
Instrumentos financeiros derivativos	486	1.456	225	-	-	-	-	2.167
Controladora	16.956	299.815	639.405	1.224.017	2.792.046	1.832.906	7.102.448	13.907.593
Pós-fixada	17.426	1.738	107.602	133.316	138.237	291.594	1.997.512	2.687.425
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.379	2.322	-	-	-	3.701
Consolidado	34.382	301.553	748.386	1.359.655	2.930.283	2.124.500	9.099.960	16.598.719

19.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM.

Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia e suas controladas dependem de terceiros para o fornecimento de equipamentos utilizados em suas instalações, estando, portanto, sujeitas a eventuais aumentos de preços, atrasos na entrega ou falhas por parte desses fornecedores, o que pode impactar negativamente suas atividades e resultados.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em razão das especificações técnicas exigidas para determinados equipamentos, o mercado fornecedor pode apresentar concentração ou limitação de players qualificados, especialmente para itens de maior complexidade. Em alguns casos, essa limitação pode reduzir as alternativas imediatas de fornecimento.

Diante desse cenário, a Companhia atua de forma contínua e estratégica na ampliação e diversificação de seu portfólio de fornecimento, incluindo a busca ativa e avaliação técnica de fornecedores nacionais e estrangeiros, com o objetivo de mitigar riscos de concentração e dependência. Essa prospecção considera critérios rigorosos de qualidade, preço, prazo, capacidade produtiva e conformidade técnica, bem como processos de qualificação e homologação.

Caso algum fornecedor venha a descontinuar a produção ou interromper a comercialização de equipamentos estratégicos, poderá haver impacto na continuidade das operações, exigindo a aceleração do processo de qualificação de novos fornecedores ou o desenvolvimento de soluções alternativas. Esse movimento pode demandar investimentos adicionais e prazos de adaptação, com potenciais reflexos na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingências; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

20. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
Resultado líquido do período	567.144	499.775	920.790	864.936
Resultado líquido do período proporcional às ações ordinárias (1)	324.162	285.656	526.294	494.370
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) ¹	590.714	590.714	590.714	590.714
Resultado líquido do período proporcional às ações preferenciais (3)	242.982	214.119	394.496	370.566
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) ¹	442.783	442.783	442.783	442.783
Resultado por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) ²	0,54876	0,48358	0,89095	0,83690
Resultado por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) ²	0,54876	0,48358	0,89095	0,83690

¹Quantidade em lotes de 1.000 ações. ²A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
Remuneração do ativo de contrato de concessão	307.702	296.331	602.102	588.170
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	337.749	92.992	429.752	324.522
Operação e manutenção	288.686	268.400	576.078	536.654
Implementação de infraestrutura	211.879	674.784	656.412	942.783
Parcela variável ¹	(7.767)	(221)	(10.818)	(6.970)
Outras receitas	22.094	23.572	29.812	37.218
Receita operacional bruta	1.160.343	1.355.858	2.283.338	2.422.377
PIS e COFINS correntes	(44.735)	(39.233)	(84.746)	(77.572)
PIS e COFINS diferidos	(21.559)	(29.010)	(40.993)	(47.822)
ISS e ICMS	(109)	(103)	(212)	(321)
Encargos setoriais ²	(26.291)	(25.684)	(52.384)	(51.941)
Deduções da receita	(92.694)	(94.030)	(178.335)	(177.656)
Receita operacional líquida	1.067.649	1.261.828	2.105.003	2.244.721

Composição da receita operacional líquida	Controladora			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
Remuneração do ativo de contrato de concessão	193.470	200.827	387.579	399.249
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	213.712	22.936	240.533	165.981
Operação e manutenção	272.352	254.888	544.693	509.801
Implementação de infraestrutura	25.695	109.319	128.668	243.216
Parcela variável ¹	(7.322)	150	(8.107)	(6.517)
Outras receitas	12.410	18.171	17.190	30.582
Receita operacional bruta	710.317	606.291	1.310.556	1.342.312
PIS e COFINS correntes	(32.969)	(30.436)	(62.193)	(60.083)
PIS e COFINS diferidos	(6.229)	(5.021)	(10.636)	(14.258)
ISS	(109)	(104)	(212)	(259)
Encargos setoriais ²	(23.915)	(23.704)	(47.891)	(48.046)
Deduções da receita	(63.222)	(59.265)	(120.932)	(122.646)
Receita operacional líquida	647.095	547.026	1.189.624	1.219.666

¹Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. ²Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens médias das obrigações de performance	Consolidado			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
Implementação de infraestrutura				
- Receita	211.879	674.784	656.412	942.783
- Custos	(133.876)	(480.803)	(446.070)	(749.413)
Margem (R\$)	78.003	193.981	210.342	193.370
Margem percebida (%)	36,81%¹	28,75%²	32,04%	20,51%
Operação e Manutenção (O&M)				
- Receita	288.686	268.400	576.078	536.654
- Custos	(54.806)	(64.493)	(105.267)	(120.113)
Margem (R\$)	233.880	203.907	470.811	416.541
Margem percebida (%)³	81,02%	75,97%	81,73%	77,62%

Margens médias das obrigações de performance	Controladora			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
Implementação de infraestrutura				
- Receita	25.695	109.319	128.668	243.216
- Custos	(8.388)	(80.882)	(90.845)	(158.762)
Margem (R\$)	17.307	28.437	37.823	84.454
Margem percebida (%)	67,36%	26,01%	29,40%	34,72%
Operação e Manutenção (O&M)				

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Margens médias das obrigações de performance	Controladora			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
- Receita	272.352	254.888	544.693	509.801
- Custos	(35.510)	(50.234)	(77.807)	(97.808)
Margem (R\$)	236.842	204.654	466.886	411.993
Margem percebida (%)³	86,96%	80,29%	85,72%	80,81%

¹As variações refletem a eficiência na construção de reforços na ATE III e ATE. Compensadas pela energização dos projetos Saíra, Ananai e Tangará. ²As variações referem-se, basicamente, pela revisão na margem de construção devido aos impactos do licenciamento ambiental no projeto e subsequente revisão da curva de CAPEX do projeto em 2025. ³As variações refletem a redução da receita pela conclusão dos projetos Saíra, Ananai e Tangará.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
Receita operacional bruta	1.160.343	1.355.858	2.283.338	2.422.377
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(290.000)	(142.764)	(419.247)	(452.993)
Receita operacional bruta tributável	870.343	1.213.094	1.864.091	1.969.384

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Controladora			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
Receita operacional bruta	710.317	606.291	1.310.556	1.342.312
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(180.282)	(108.877)	(252.267)	(370.104)
Receita operacional bruta tributável	530.035	497.414	1.058.289	972.208

22. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
- Remuneração direta	(34.034)	(33.464)	(66.978)	(64.963)
- Benefícios	(19.266)	(18.675)	(40.643)	(36.933)
- FGTS e INSS	(13.365)	(11.677)	(26.354)	(24.098)
Pessoal	(66.665)	(63.816)	(133.975)	(125.994)
- Custo de infraestrutura	(133.876)	(480.803)	(446.070)	(749.413)
- O&M	(12.173)	(18.125)	(16.848)	(39.279)
- Outros	(1.934)	(2.307)	(3.210)	(3.418)
Materiais	(147.983)	(501.235)	(466.128)	(792.110)
Serviços de terceiros	(31.611)	(25.847)	(49.333)	(43.778)
Depreciação e amortização	(15.296)	(9.541)	(38.299)	(17.429)
- (Provisões) Reversões para riscos judiciais	81	(2.492)	(688)	(4.616)
- Outros	(1.776)	(5.080)	(5.933)	(9.717)
Outros custos operacionais	(1.695)	(7.572)	(6.621)	(14.333)
Total custos e despesas	(263.250)	(608.011)	(694.356)	(993.644)

	Controladora			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a 30/06/2026	a 30/06/2025	a 30/06/2026	a 30/06/2025
- Remuneração direta	(21.219)	(26.708)	(43.987)	(49.665)
- Benefícios	(17.431)	(17.092)	(36.924)	(33.617)
- FGTS e INSS	(12.153)	(10.628)	(24.214)	(22.037)
Pessoal	(50.803)	(54.428)	(105.125)	(105.319)
- Custo de infraestrutura	(8.388)	(80.882)	(90.845)	(158.762)
- O&M	(4.906)	(13.939)	(8.753)	(34.261)
- Outros	(1.634)	(1.951)	(2.744)	(2.892)
Materiais	(14.928)	(96.772)	(102.342)	(195.915)
Serviços de terceiros	(22.652)	(19.854)	(37.833)	(34.795)
Depreciação e amortização	(15.139)	(9.517)	(38.106)	(17.386)
- (Provisões) Reversões para riscos judiciais	104	(1.290)	(611)	(1.886)
- Outros	(1.731)	(10.048)	(4.595)	(13.910)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora			
	01/04/2026	01/04/2025	01/01/2026	01/01/2025
	a	a	a	a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Outros custos operacionais	(1.627)	(11.338)	(5.206)	(15.796)
Total custos e despesas	(105.149)	(191.909)	(288.612)	(369.211)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão.

Custos e despesas com serviços de terceiros: gastos com comunicação de dados, vigilância e limpeza, limpeza de faixa de servidão, consultoria geral, manutenção de propriedade, compartilhamento de O&M, viagens, compartilhamento de instalações, água, eletricidade e gás, transportes, consultoria técnica, telefones, serviços gráficos, auditoria e serviços advocatícios.

Outras receitas, custos e despesas operacionais: gastos com provisões de contratos onerosos, seguros, materiais de consumo, impostos, contribuições e taxas, aluguéis, condomínio, indenizações e transporte.

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado			
	01/04/2026	01/04/2025 a	01/01/2026	01/01/2025 a
	a	30/06/2025	a	30/06/2025
	30/06/2026	(Reapresentado)	30/06/2026	(Reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	34.536	24.100	65.955	44.268
Juros sobre Depósitos judiciais	2.222	6.367	4.530	6.989
Outras Receitas	97	629	610	1.609
Receitas financeiras	36.855	31.096	71.095	52.866
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(1.299)	(6.671)	(2.210)	(12.949)
- Variação cambial	-	20.306	-	50.147
- Ajuste ao valor justo	-	228	-	2.136
	(1.299)	13.863	(2.210)	39.334
Debêntures				
- Juros incorridos	(243.524)	(212.961)	(478.146)	(416.848)
- Variações monetárias	(163.757)	(49.861)	(277.129)	(186.399)
- Ajuste ao valor justo	50.153	-	39.734	-
	(357.128)	(262.822)	(715.541)	(603.247)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	5.870	11.023	7.573	1.320
- Variação cambial	(2.191)	(19.733)	1.151	(54.890)
- Ajuste ao valor justo	(50.153)	(15.749)	(39.734)	(17.657)
	(46.474)	(24.459)	(31.010)	(71.227)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(404.901)	(273.418)	(748.761)	(635.140)
Passivo de arrendamento	(10)	(30)	(21)	(64)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.517	(318)	2.824	(4.623)
Despesas financeiras	(403.394)	(273.766)	(745.958)	(639.827)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(366.539)	(242.670)	(674.863)	(586.961)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado			
	01/04/2026	01/04/2025 a	01/01/2026	01/01/2025 a
	a	30/06/2025	a	30/06/2025
	30/06/2026	(Reapresentado)	30/06/2026	(Reapresentado)
Juros incorridos	(238.953)	(208.609)	(472.783)	(428.477)
Variação monetária	(163.757)	(49.861)	(277.129)	(186.399)
Variação cambial	(2.191)	573	1.151	(4.743)
Ajuste ao valor justo	-	(15.521)	-	(15.521)
	(404.901)	(273.418)	(748.761)	(635.140)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	28.995	12.784	54.397	26.602
Juros sobre Depósitos judiciais	517	4.385	1.964	5.788
Outras Receitas	64	183	350	740
Receitas financeiras	29.576	17.352	56.711	33.130
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	-	(5.448)	-	(10.583)
- Variação cambial	-	20.307	-	50.148
- Ajuste ao valor justo	-	228	-	2.136
	-	15.087	-	41.701
Debêntures				
- Juros incorridos	(229.345)	(198.935)	(450.262)	(389.083)
- Variações monetárias	(141.688)	(38.530)	(237.538)	(152.040)
- Ajuste ao valor justo	50.153	-	39.734	-
	(320.880)	(237.465)	(648.066)	(541.123)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	5.870	11.024	7.573	1.316
- Variação cambial	(2.967)	(19.074)	(1.989)	(51.293)
- Ajuste ao valor justo	(50.153)	(15.749)	(39.734)	(17.657)
	(47.250)	(23.799)	(34.150)	(67.634)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(368.130)	(246.177)	(682.216)	(567.056)
Arrendamento Mercantil	(10)	(28)	(21)	(62)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	9.875	3.250	14.463	1.270
Despesas financeiras	(358.265)	(242.955)	(667.774)	(565.848)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(328.689)	(225.603)	(611.063)	(532.718)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Juros incorridos	(223.475)	(193.359)	(442.689)	(398.350)
Variação monetária	(141.688)	(38.530)	(237.538)	(152.040)
Variação cambial	(2.967)	1.233	(1.989)	(1.145)
Ajuste ao valor justo	-	(15.521)	-	(15.521)
	(368.130)	(246.177)	(682.216)	(567.056)

24. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL correntes	(2.032)	(6.209)	(16.512)	(13.374)
IRPJ e CSLL diferidos	(61.469)	(24.024)	(101.493)	(74.784)
	(63.501)	(30.233)	(118.005)	(88.158)

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL correntes	4.786	(1.488)	(2.257)	(6.580)
IRPJ e CSLL diferidos	(27.054)	7.630	(34.548)	(21.403)
	(22.268)	6.142	(36.805)	(27.983)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Resultado antes dos impostos	630.645	530.008	1.038.795	953.094
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(214.419)	(180.203)	(353.190)	(324.052)
Equivalência patrimonial	65.547	40.413	103.024	98.253
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	(10.752)	762	7.118	14.660
JCP pago	65.475	64.014	65.475	64.014
Ajuste Extemporâneo - SPT mudança de regime - composição diferido	-	-	(4.235)	-

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	32.778	51.002	65.814	47.210
Outros	(2.130)	(6.221)	(2.011)	11.757
Despesa de IRPJ e CSLL	(63.501)	(30.233)	(118.005)	(88.158)
Alíquota efetiva	10%	6%	11%	9%

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Resultado antes dos impostos	589.412	493.633	957.595	892.919
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(200.400)	(167.836)	(325.582)	(303.593)
Equivalência patrimonial	127.893	123.801	227.000	195.562
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	(13.359)	-	-	11.331
JCP pago	65.475	56.070	65.475	56.070
Outros	(1.877)	(5.893)	(3.698)	12.647
Despesa de IRPJ e CSLL	(22.268)	6.142	(36.805)	(27.983)
Alíquota efetiva	-4%	1%	4%	3%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada JAN possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e/ou pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade incentivada	Prazo
<u>Controladora</u>				
TSN	SUDENE	274/2022	BA	31/12/2031
NVT	SUDAM	114/2024	TO e MA	31/12/2033
GTE	SUDENE	353/2022	PB e PE	31/12/2031
MUN	SUDENE	218/2022	BA	31/12/2031
ATE II	SUDENE	251/2022	PI, MA e BA	31/12/2031
	SUDAM	149/2023	TO	31/12/2032
PAT	SUDENE	327/2022	RN	31/12/2031
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027
MIR	SUDAM	141/2023	TO	31/12/2032
<u>Controlada</u>				
JAN	SUDENE	046/2022	MG	31/12/2031

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de junho de 2026 era de aproximadamente 56,70% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev, aprovado pela PREVIC, foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, PTG, TNG e ANT passaram a ser patrocinadoras. Em 30 de junho de 2026, 76,98% do quadro efetivo de

Notas Explicativas
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

empregados da Controladora e 74,88% do Consolidado, participavam do Plano Taesaprev (74,69% da Controladora e 72,00% do Consolidado em 31 de dezembro de 2025).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), uma das controladoras da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na NE 13.

26. OUTRAS INFORMAÇÕESAspectos ambientais

As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	REF
Taesa Holding						
NVT	Samambaia/DF –Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
TSN	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-
MUN	Camaçari II – Sapeaçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA/BA (atual INEMA)	(b)
GTE	Goianinha - Mussuré	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	IBAMA	(a)
	SE Norfil	2671/2023	23/11/2023	23/11/2028	SUDEMA/PB	-
PAT	Paraíso-Açu	2018-130625/TEC/RLO-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA/BA	(c)
ETEO	Taquaruçu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB/SP	(d)
NTE	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	(a)
	Xingó – Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025		(a)
ATE	Londrina – Araraquara	492/2005	30/12/2025	30/12/2035	IBAMA	-
STE	Uruguaiana - Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM/RS	-
ATE II	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	(a)
ATE III	Itacaiúnas – Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)
	Marabá – Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027	SEMAS/PA	-
SIT	Garabi - Itá I e II	1293/2015	04/08/2025	04/08/2035	IBAMA	-
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	01976/2023	03/07/2023	28/04/2028	FEPAM/RS	-
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	14134/2023	21/12/2023	12/07/2027	FEPAM/RS	(e)
	SE Maçambará 3	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM/RS	-
	SE Livramento 3	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM/RS	-
MIR	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024	NATURATINS/TO	(f)
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		(g)
	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029		-
	SE Lajeado	56/2026	09/06/2026	03/06/2031		-
	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		-
Controladas						
MAR	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	SEMAD/MG	-
SPT	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II- Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA/BA	(b)
	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	D000008/25	07/11/2025	23/10/2035	SEMAR/PI	-
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	D000007/25	31/07/2025	31/07/2035	SEMAR/PI	-

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	REF
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA/RN	(h)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		
BRA	Brasnorte - Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT	(i)
	Juba - Jauru	325303/2021	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT	
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	-
PTG	LT 230 KV Abdon Batista - Videira C1 e C2;	1390/2025	02/05/2025	02/05/2029	IMA/SC	-
	LT 230 KV Abdon Batista - Barra Grande C3 - CS					

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (atual INEMA), através do Decreto nº 11.235/08, isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;

(c) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/LS 0062 referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu. A renovação foi solicitada ao IDEMA em 02/02/2026;

(d) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;

(e) Retificação do número da licença feita pelo órgão;

(f) Renovação solicitada pela prefeitura de Palmas;

(g) Renovação solicitada via Naturatins;

(h) Renovação solicitada ao IDEMA/RN. Válida até manifestação do órgão;

(i) Renovação solicitada via SEMA/MT.

Licenças expedidas às controladas em construção						
Empresa	Trecho	Licença de Instalação/Única nº	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
ANT	LT 525kV Bateias - Curitiba Leste	-	373117/2026	15/04/2026	15/04/2036	IAT-PR
	SE Curitiba Leste	-	365881/2026	19/01/2026	19/01/2036	IAT-PR
	SE Baterias	-	365911/2026	-	-	-
	LT 500 kV Ponta Grossa - Assis	1500/2024	-	27/11/2024	27/11/2030	IBAMA
TNG	LT 230 kV Encruzo Novo - Santa Luzia III	-	1080405/2025	28/11/2025	28/11/2029	SEMA-MA
	LT 230 kV Açailândia - Dom Eliseu II (+ SE Açailândia e SE Dom Eliseu II)	-	1743/2026	30/01/2026	30/01/2036	IBAMA-MA
	SE Encruzo Novo	1002952/2024	-	08/01/2024	08/01/2028	SEMA-MA
	LT 500 kV Santa Luzia III - Açailândia/Miranda II (Seccionamento	-	1054907/2025	07/08/2025	07/08/2029	SEMA-MA
	SE Santa Luzia III	-	1065104/2025	24/09/2025	24/09/2029	SEMA-MA

Energização da Controlada Pitiguari - Em 15 de junho de 2025 a Pitiguari passou a receber 100% da RAP do empreendimento, com cerca de 26 meses de antecipação do prazo regulatório da ANEEL para o 1º trecho e 22 meses para o 2º trecho.

Trecho	Emissão do TL ¹	Efeitos retroativos	% da RAP do empreendimento
2º - LT 230 kV Abdon Batista - Videira (CD)	17/06/2025	15/06/2025	80%
1º - LT 230 kV Abdon Batista - Barra Grande (C3)	08/01/2025	30/12/2024	20%

¹ Termo de Liberação emitido pelo ONS.

Entrada em operação reforços NVT - Em 05 de fevereiro de 2025, o ONS emitiu o Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz. Com a entrada em operação comercial destas instalações, a Companhia passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$18.100 (ciclo 2024-2025), correspondente a 65% da RAP total do reforço, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2025. Com isso, o reforço foi concluído integralmente com um RAP total de R\$28.069. Esta RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima revisão tarifária desta concessão, que ocorrerá em 2029. Esta última fase do reforço foi entregue com cerca de 3 meses de antecipação do prazo ANEEL.

Entrada em operação reforço TSN - Em 29 de setembro de 2025, o ONS emitiu o TL correspondente a 100% da RAP total do reforço com efeito retroativo a 26 de setembro de 2025, passando a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$11.304 (ciclo 2025-2026). Em 07 de setembro de 2025, o ONS já havia emitido o TL correspondente a 90% da RAP total deste

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

reforço. A RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima revisão tarifária desta concessão, que ocorrerá em 2029.

Entrada em operação reforço SPT - Em 29 de dezembro de 2025, o ONS emitiu o TL correspondente a 100% da RAP total do reforço com efeito retroativo a 23 de dezembro de 2025, passando a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$ 6.431 (ciclo 2025-2026). Em 20 de novembro de 2025, o ONS já havia emitido o TL correspondente a 91% da RAP total do Reforço.

Entrada em operação reforço ATE III - Em 11 de março de 2026, o ONS emitiu o TL referente a energização do reforço da ATE III, com essa energização a concessão passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$6.700 (ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 4 de março de 2026.

Energização parcial Tangará: Em 2026 a Tangará alcançou marcos importantes com energizações parciais de seu empreendimento, consolidando uma antecipação significativa frente ao prazo regulatório da ANEEL, estipulado para março de 2028.

Em 16 de março de 2026, o ONS emitiu os TL referente à energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1 (500 kV). Essa liberação, entregue com 24 meses de antecedência, garantiu uma RAP de aproximadamente R\$36.893 (ciclo 2026-2027) acrescida de PIS/COFINS, o que representa 33,73% da RAP total, com efeitos retroativos entre 25 de fevereiro e 6 de março de 2026.

Entre 10 e 15 de abril de 2026, o ONS emitiu os TLs referentes à energização da SE Açailândia. Realizada com cerca de 23 meses de antecipação, essa liberação adicionou cerca de R\$23.623 (ciclo 2026-2027) mais PIS/COFINS à RAP da transmissora, equivalendo a 21,6% do total do projeto, com efeitos retroativos ao período entre 10 e 13 de abril de 2026.

Em 12 de maio de 2026, o ONS emitiu os TLs referentes à energização da SE Dom Eliseu II, LT Açailândia - Dom Eliseu II e complemento da SE Açailândia. Essa liberação, adicionou cerca de R\$ 23.826 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 21,8% da RAP total, com efeitos retroativos entre 3 e 6 de maio de 2026.

Energização parcial Saíra: em 27 de abril de 2026 o ONS emitiu os TL relativos à energização da Conversora Garabi 1 no âmbito do projeto de retrofit. Com esta energização, a Saíra passa a adicionar à sua RAP o montante aproximado de R\$24.106 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 13,2% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 15 de abril de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 23 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março 2028.

Energização parcial Ananaí: em 03 de junho de 2026 o ONS emitiu os TL relativos à energização da LT 525 kV Bateias – Curitiba C1 e C2. Com esta energização, a Ananaí passa a adicionar à sua RAP o montante de aproximado de R\$45.089 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 27,0% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 26 de maio de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 10 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL de março de 2027.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação de JCP e dividendos - Em 11 de agosto de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) referente ao resultado de 30 de junho de 2026, no montante de R\$206.781, o que equivale a R\$0,20007944484 por ação (ordinária/preferencial) ou R\$0,60023833452 por Unit, sendo R\$123.838 de JCP e R\$82.943 de dividendos intercalares, com data base de 14 de agosto de

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2026, sendo a data de 17 de agosto de 2026 ex dividendos/JCP e a data de pagamento 26 de novembro de 2026.

Licença de instalação Juruá - Em 31 de julho de 2026, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") para a SE Estância de 440/138 kV, seccionamento entre a SE Estância e a LT 440 kV Bauru - Salto (C1) e derivações da linha de distribuição de 138 kV Bracell - Barra Bonita (C1 e C2) na SE Estância, referentes ao empreendimento em implantação da concessão Juruá.

Energização parcial Tangará - Em 31 de julho de 2026, o ONS emitiu os TL referente à energização da Subestação de Encruzo Novo e a LT 230 kV Encruzo Novo - Santa Luzia III C1. Essa liberação, entregue com 20 meses de antecedência, garantiu uma RAP de aproximadamente R\$ 18.350 (ciclo 2026-2027) acrescida de PIS/COFINS, o que representa 16,2% da RAP total, com efeitos retroativos à 27 de julho de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 20 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL, de março de 2028.

Energização parcial Ananaí - Em 31 de julho de 2026 o ONS emitiu os TL relativos à energização das LTs 500 kV Ponta Grossa / Assis C1 e C2. Com esta energização, a Ananaí passa a adicionar à sua RAP o montante de aproximado de R\$ 123.571 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, equivalente a 71,3% da RAP total da concessão, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2026. O empreendimento foi parcialmente entregue com cerca de 8 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório estabelecido pela ANEEL, de março de 2027.

Entrada em operação reforço ATE - Em 29 de julho de 2026, o ONS emitiu o TL referente a energização do reforço da ATE. Com essa energização a concessão passa a receber uma RAP adicional de aproximadamente R\$19.041 (ciclo 2026-2027), adicionado de PIS/COFINS, com efeitos retroativos a partir de 23 de julho de 2026. Está RAP tem caráter provisório e estará sujeita à próxima revisão tarifária desta concessão, que ocorrerá em 2029.

22ª emissão de Debêntures - Em 03 de julho de 2026, a Companhia captou o montante de R\$ 1.700.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, em série única. Os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida exponencialmente de spread de 0,40% ao ano, base 252 dias úteis. O pagamento dos juros e a amortização do saldo seguirão a modalidade bullet, com liquidação integral em parcela única na data de vencimento, em 03 de janeiro de 2028. A 22ª emissão de debêntures foi realizada sem garantia, sem "covenants" financeiros e sem restrição para novas dívidas. Possui cláusulas restritivas anuais ("covenants") não financeiras de vencimento antecipado, usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como, por exemplo, fusão, cisão, incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros.

Pagamentos aos debenturistas:

Empresa	Emissão	Série	Data do pagamento	Amortização	Juros	Total
Janaúba	1ª emissão	Única	15/07/2026	11.756	5.025	16.781
Taesá	11ª emissão	2ª	15/07/2026	-	16.427	16.427

Aumento do capital social em controladas:

Empresa	Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
Ananaí	07/07/2026	06/07/2026	AGE	10.000
Ananaí	15/07/2026	14/07/2026	AGE	10.000

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2026**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Catia Cristina Teixeira Pereira	Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Luis Alessandro Alves	Diretor Técnico
Maurício Dall'Agnese	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Jell Lima de Andrade	Diretor de Implantação

Conselho de Administração	
Titulares	
VAGO (indicado pela CEMIG)	
José Reinaldo Magalhães (indicado pela CEMIG)	
VAGO (indicado pela CEMIG)	
Paulo Gustavo Ganime Alves Teixeira (indicado pela CEMIG)	
Michele da Silva Gonsales Torres (indicado pela CEMIG)	
VAGO (indicado pela ISA)	
Jaime Enrique Falquez Ortiga (indicado pela ISA)	
Nelson Javier Mesa Palacio (indicado pela ISA)	
Francisco Martins Codorniz Filho (indicado pela ISA)	
Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes (membro independente)	
Mario Engler Pinto Junior (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Felipe José Fonseca Attiê (indicado pela CEMIG)	Mirian Paula Ferreira Rodrigues (indicado pela CEMIG)
Ronnye Peterson Baía Antunes (indicado pela CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (indicado pela CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (indicado pela ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (indicado pela ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Alberto Jorge Alves Oliveira da Costa (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosangela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

Dirlei Luis da Silva Junior
Contador CRC RJ - 117622/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que apresenta correção de valores correspondentes referentes ao exercício e período anterior, apresentados para fins de comparação, que foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na CPC23/IAS 8 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09(R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2026, findo em 30 de junho de 2026 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luis Alessandro Alves
Diretor Técnico

Jell Lima de Andrade
Diretor de Implantação

Maurício Dall'Agnese
Diretor de Negócios e Gestão de Participações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das demonstrações financeiras referente ao 2º trimestre de 2026, findo em 30 de junho de 2026 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luis Alessandro Alves
Diretor Técnico

Jell Lima de Andrade
Diretor de Implantação

Maurício Dall'Agnese
Diretor de Negócios e Gestão de Participações